

As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social *

Helena Vilaça

NOTA INTRODUTÓRIA

Há três anos atrás, no vol. I desta revista e no intuito de chamar a atenção, ou se possível alcançar maior visibilidade, para uma das (múltiplas) dimensões das mudanças em curso na sociedade moderna — concretamente no meio urbano —, revelámos a intenção de dar continuidade a uma pesquisa, à data a decorrer, onde nos propúnhamos aprofundar a questão da intervenção dos actores sociais na cidade através do associativismo urbano¹.

Em termos mais específicos, e com carácter de ilustração, foi considerado como objecto de estudo empírico um campo particular do associativismo urbano: as associações de moradores da cidade do Porto no contexto actual, isto é, quase duas décadas volvidas sobre o 25 de Abril e,

* Este artigo, apesar de sujeito a algumas alterações, reproduz parcial e resumidamente dois dos capítulos do trabalho, apresentado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, sob o título *Associativismo e movimentos sociais — modalidades de participação*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

¹ HELENA VILAÇA, «Associativismo urbano e participação na cidade», *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras*, série I, vol. I, Porto, 1991. Nesse texto, apresentámos alguma informação sobre uma pesquisa em fase, de certo modo, exploratória e em que, implicitamente, subjaziam algumas pistas e propostas de trabalho — teóricas e empíricas. Hoje, apesar de o trabalho se encontrar «concluído», não ambicionamos sugerir propriamente sólidas conclusões de um trabalho efectuado, antes apresentar uma informação mais alargada e fruto de uma maior reflexão, a par de algumas hipóteses que esperamos reunir mais clareza e um nível de maior consistência.

consequentemente, depois de um percurso significativo já efectuado no quadro de consolidação do regime democrático.

Adoptando uma perspectiva diacrónica, procurámos tornar perceptíveis os vectores de transformação e as trajectórias institucionais destas associações delimitando, por outro lado, as suas fronteiras (territoriais e outras) e potencialidades enquanto pólos de integração social e enquanto virtuais agentes de mediação entre as populações e a autarquia, avaliando os seus níveis de legitimidade relativamente às populações que representam e a capacidade de diálogo que mantêm com os órgãos de poder. A este propósito, será imprescindível ter presente o quadro histórico-social e político em que emergiram os movimentos populares urbanos, no Portugal do pós 25 de Abril, com relevo para as suas condições de desenvolvimento e de institucionalização, relacionando este processo com as transformações do próprio regime democrático.

No âmbito do nosso interesse particular assume especial destaque as carências e as políticas habitacionais, a par da evolução e conexão das comissões e associações de moradores com o processo «Serviço de Apoio Ambulatório Local» (SAAL).

Pretendemos, igualmente, dar conta dos resultados da pesquisa empírica efectuada², tendo sido ainda proposta uma grelha tipológica para o estudo das actuais associações de moradores. Também tentámos problematizar a questão do envolvimento dos actores sociais em projectos colectivos, respectivos níveis de intervenção e contributo para um processo de democratização.

A metodologia utilizada ao longo da pesquisa empírica³ foi predominantemente qualitativa, tendo-se optado pelas técnicas da entrevista

² O trabalho de campo — e mais concretamente a administração das entrevistas — foi realizado entre Dezembro de 1990 e Fevereiro de 1991.

³ Não desenvolveremos neste lugar as problemáticas relacionadas com o eixo da pesquisa teórica consideramos, todavia, inevitável referir que a esse nível procedemos a uma breve revisão sobre as principais problemáticas teóricas em torno dos movimentos sociais, prestando especial atenção às teorias mais recentes acerca dos novos movimentos sociais, procurando ainda o cruzamento desta temática com a não menos polémica temática da sociedade «pós-moderna» e das novas representações da vida social, percurso que consideramos indispensável para o enquadramento teórico do nosso objecto de estudo, pelo menos no que diz respeito à emergência do fenómeno em causa. Procurámos ainda, proceder em termos análogos, mas relativamente a uma outra problemática, a do associativismo, enquanto lugar de participação colectiva. Esta dimensão corresponde ao segundo eixo da nossa pesquisa teórica — tendo, também aí sido apenas feitas considerações gerais sobre as principais teorias, mormente as que se adequam à realidade em análise.

semi-directiva e em profundidade, para além de uma análise de tipo documental. Numa primeira fase e através do recurso a uma pluralidade de fontes (documentais e informantes privilegiados) foi feito um levantamento tanto das associações de moradores criadas no período 74-76 como daquelas que ainda estão hoje em funcionamento, as quais foram, num segundo momento, contactadas e os seus dirigentes submetidos a uma entrevista. Posteriormente, procedemos à realização de entrevistas às associações cuja trajectória e actuais características se afiguravam como mais adequadas aos objectivos do nosso trabalho.

Era nossa intenção proceder, de igual modo, ao levantamento e análise exaustivos das fontes documentais de cada uma das associações, bem como à utilização da técnica de observação participante, o que lamentavelmente por condicionantes vários não foi feito. Foram ainda efectuadas duas entrevistas a agentes privilegiados ao nível desta temática, mas exteriores às associações de moradores. Desta forma, não podemos considerar tenham sido realizados «estudos de caso».

Por último, lembramos os limites precisos em que nos fixámos ao longo deste trabalho. Por este motivo não será de esperar, por exemplo, a generalização das nossas conclusões a outras formas de associativismo aqui não contempladas — como é o caso das associações e colectividades culturais-recreativas e desportivas espalhadas pela cidade. São também estes, sem dúvida, campos de observação fundamentais para o questionar da relação entre associativismo, formas de participação da sociedade civil e níveis de democratização.

1. O 25 DE ABRIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Uma reconsideração profunda sobre o 25 de Abril e o seu conseqüente contexto revolucionário só será plausível dentro de uma lógica de longa duração onde, simultaneamente e com o devido distanciamento, sejam avaliados os elementos de ruptura e de continuidade em relação ao antigo regime⁴ e, por outro lado, os gérmens criativos e inovadores de uma

⁴ Ao utilizarmos aqui o termo «antigo regime» estamos a referir-nos ao período do regime salazarista, anterior ao actual regime democrático instaurado com o 25 de Abril de 74, e não à nomenclatura francesa (Ancien Regime) de uso corrente em História para designar a civilização tradicional da cristandade latina ocidental que se estendeu, aproximadamente, do século XIV ao século XVIII.

sociedade que a determinado momento da sua história encontra uma conjuntura favorável à sua descompressão.

Muito tem sido dito sobre a revolução de Abril, o fim do salazarismo e do marcelismo, as heranças transmitidas ou, contrariamente, as experiências inovadoras aos mais diversos níveis da sociedade portuguesa. Para além da multiplicidade das dimensões analisadas, as perspectivas analíticas são também elas, plurifacetadas e o produto final de tudo isto, se considerarmos no plano analítico factores como a proximidade temporal e a inesgotabilidade do conhecimento no estudo e apreensão da realidade social, é o de uma caracterização e reflexão que se nos afiguram de certo modo saturadas.

Trata-se, assim, de uma referência em termos de contextualização que permitirá uma aproximação da realidade e delimitação de uma das dimensões temporais do campo do real em questão. Tendo presentes as perspectivas de carácter teórico, ligadas ao associativo (ou determinado tipo de associativismo) e aos movimentos sociais, serão aqui situados dentro do período revolucionário português do 25 de Abril de 1974.

O Estado Novo, enquanto regime que correspondeu a um Estado centralizador e autoritário, pautou-se por uma repressão generalizada das reivindicações, pela inviabilidade da afirmação manifesta de conflitos, pela ausência de espaços sociais mínimos para autonomias e esforços emancipatórios. Num país com tais características, o 25 de Abril significou uma explosão de lutas bem presentes num movimento de libertação generalizada de toda a sociedade, enfim, num «fenómeno de descompressão colectiva»⁵, fenómeno esse assinalado pelo fim dos «instrumentos repressivos» do Estado Novo, como a polícia política, a censura, a proibição do direito de associação e, conseqüentemente a proclamação dos princípios de liberdade de associação, liberdade de expressão e de reunião.

O fim da guerra colonial e a descoionização em África traduzem, por sua parte, o fim do império e respectivo comércio colonial, processos estes acompanhados do regresso de fortes contingentes militares e de portugueses lá radicados. Talvez seja esta a ruptura mais significativa operada pela revolução, pois veio alterar e redimensionar a situação geopolítica do país, obrigando-o a repensar-se, a voltar-se para dentro — ou novamente para fora mas sem sair do seu próprio continente e sem as pretensões de uma vocação imperialista.

⁵ A. TEIXEIRA FERNANDES, «Descentralização e teoria do Estado», Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, n.º 5 e 6, 2.ª série, 1988-1989, p. 3.

Na primavera de 1974 surgiram de forma espontânea⁶ e radical lutas e contestações sociais a todos os níveis e intervindo nos mais diversos sectores da realidade, nomeadamente no contexto urbano. Além de terem proliferado, também se diversificaram as possibilidades de intervenção, facto manifesto na emergência de movimentos sociais populares ao nível das empresas, da administração pública, do exército, habitação, saúde, ensino, cultura, agricultura, modos de vida, etc. Isto levou também ao aparecimento de novas formas institucionais como as comissões de moradores e as comissões de trabalhadores — entre muitas outras — que são, no fundo, novas práticas inovadoras em termos de participação social e política.

1.1. Características gerais do movimento popular e respectivas áreas de reivindicação

No que anteriormente expusemos, procurámos deixar sublinhado que a «revolução dos cravos» produziu um efeito de «expansão» sobre toda a sociedade portuguesa impulsionando a formação de movimentos populares. Ora, é sobre esses movimentos que, como dissemos, incide o nosso trabalho.

Eles constituíram um fenómeno bastante complexo patente, desde logo, na sua composição de classe, que se assumia heterogénea, englobando desde o operariado urbano à pequena burguesia assalariada, passando pelo operariado rural alentejano⁷ tendo a sua acção afectado, como se sabe,

⁶ Este carácter espontâneo terá que ser necessariamente relativizado uma vez que não podemos ignorar a existência de movimentos de natureza e cariz diferenciados. Por outras palavras, a actuação 'espontânea' refere-se eminentemente aos movimentos sociais populares de carácter inorganizado, que no 25 de Abril surgiram em simultâneo com as forças políticas organizadas (partidárias e outras). Sobre este assunto cfr. B. DE SOUSA SANTOS, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, pp. 31 e 32. Relativamente ao carácter inorganizado de certos agrupamentos sociais ver a «classificação pluralista dos agrupamentos» de GEORGES GURVITCH in *A vocação actual da Sociologia*, vol. I, pp. 352 a 356, particularmente o critério de «grau de exteriorização». Este autor refere a existência e a importância de agrupamentos inorganizados que podem ser de grande intensidade e assumir um papel relevante. *O. c.*, pp. 377 a 379.

⁷ B. DE SOUSA SANTOS, *O. c.*, p. 28. Cfr. igualmente VÍTOR MATIAS FERREIRA, «A cidade e o campo — uma leitura comparada do movimento social 74-75», Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, 1986, pp. 553 a 555. Este autor procura estabelecer uma comparação entre o movimento rural no alentejo e o movimento urbano em Lisboa. Analisando o paralelismo que existe ao nível da origem social dos movimentos, ele conclui que tanto o proletariado rural alentejano como o *lumpen* proletariado de Lisboa têm a mesma origem

diversos níveis da vida social: administração local, habitação urbana, gestão de empresas, educação, cultura, modos de vida, reforma agrária, etc. Além disso, este movimento acabou por legitimar uma determinada posição política do MFA, que se libertou de qualquer identificação com os monopólios industriais e financeiros:

«Foi este movimento social que impediu que a crise de hegemonia iniciada em 1969 se resolvesse definitivamente a favor da burguesia industrial-financeira»⁸.

As nacionalizações da Banca e dos Seguros, bem como de determinadas empresas, são factos comprovativos deste fenómeno. E dentro de todo este contexto, o Estado — cuja crise se identifica com a crise revolucionária — torna-se, por excelência, o palco das várias lutas sociais e políticas.

A relação entre os movimentos sociais e o Estado caracterizou-se sempre por um elevado grau de complexidade. As reivindicações destes movimentos nunca se efectuaram nos «parâmetros institucionais e normativos do Estado» com vista a «apropriarem-se da legalidade oficial»⁹. Foi um período conflitual e de debate entre a «legalidade democrática», que gradualmente se ia consolidando, e a «legalidade revolucionária», a qual actuava mais de forma radical e na apologia de uma mudança profunda do aparelho do Estado. Em termos concretos, acontecia que, muito embora numa atitude de ruptura, os movimentos populares recorressem ao Estado no intuito de «legalizarem» os resultados das suas lutas em termos imediatos — por exemplo certas ocupações de casas acabavam por se tornar formas novas de legalização que partiam da sua própria iniciativa —, os seus

rural — baseando essa homologia em «componentes de estruturação sócio-cultural». Constitui, deste modo, faceta comum dos actores envolvidos, o facto de ambos se encontrarem sujeitos a um «isolamento cultural» relativamente a formas culturalmente dominantes, e de apresentarem ainda «práticas *socialmente errantes*», (caso dos trabalhadores livres e sem emprego), indissociáveis da sua condição de classe, o que «constitui a própria condição do proletariado». *Idem*, p. 554. Com um certo paralelismo, António Firmino da Costa no seu estudo sobre a Alfama constata o predomínio de uma origem rural dos seus habitantes, colocando como hipótese a existência de uma «homologia estrutural» entre as culturas camponesas e as culturas populares urbanas gerada pelo mesmo «habitus» em contextos sociais diferentes. Cfr. «Alfama: entreposto de mobilidade social», *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, Porto, Afrontamento, 1984, p. 22.

⁸ B. DE SOUSA SANTOS, *O. c.*, p. 28.

⁹ *Idem*, p. 32.

objectivos iam mais longe, pois pretendiam inovações legislativas (por exemplo, lei de ocupação de casas, lei da reforma agrária, lei do saneamento da função pública, etc), com o intuito de que as formas jurídicas oficiais fossem adaptadas a novos conteúdos¹⁰. Quer as inovações legislativas e as legalizações *ad-hoc* por um lado, quer a marginalização da legalidade de continuidade, por outro, conduziram a uma «prática de paralisia do Estado».

Numa perspectiva com alguns pontos de intersecção com a anterior, Vítor Matias Ferreira utiliza as expressões «ilegalidade» e «legitimidade»¹¹ no intuito de explicar a tentativa de institucionalização por parte dos movimentos sociais. É que os movimentos surgiram e actuaram na fronteira entre a ilegalidade e a legitimidade. Eles procuraram encontrar referentes ideológicos que pudessem legitimar as acções levadas a cabo. A «legitimidade» constituiu, assim, o garante das suas acções — a interpretação popular de certos diplomas legais é exemplificativo disso¹².

De todas as movimentações e ondas de protesto surgidas à época, evidenciaremos, logicamente, as que têm lugar em contexto urbano e centradas em questões relacionadas com a reprodução alargada, deslocando-nos, deste modo, para um plano diferente das controvérsias laborais e das lutas sindicais. A questão de fundo daqueles movimentos foi o alojamento, vindo em segundo lugar os transportes e equipamentos colectivos diversos, sejam eles escolares, de apoio à infância, desportivos, postos de saúde, equipamentos culturais, etc.

As lutas urbanas, caracterizadas por uma base social inter-classista e intra-classista, porque portadoras de situações sociais contraditórias e sujeitas a um processo constante de recomposição social, despoletaram em sítios com populações carenciadas ou socialmente marginalizadas em matéria de alojamento: os bairros de lata, os fogos superlotados e em regime de sublocação — a maior parte das vezes associados a estados de degradação extrema —, os bairros camarários. Estes fenómenos, no que concerne à sua inserção na malha urbana, não estavam necessariamente relacionados com suburbanidade, antes retratavam, na sua maioria, situações de segregação em núcleos centrais.

¹⁰ *Idem*, pp. 32 *e 33. Neste último caso a iniciativa foi de «forças políticas organizadas com o objectivo de controlar os movimentos populares».

u V. MATIAS FERREIRA, *O. c.*, pp. 568 e 569.

¹² V. MATIAS FERREIRA dá o exemplo do Dec.-Lei 445/74 que (para além da legislação sobre o «arrendamento urbano» que dele constava) exigia a menção das casas devolutas e que conduziu à legitimação da ocupação das casas pelos movimentos populares. *O. a.*, pp. 557 e 569.

Todo o movimento social urbano pode ser considerado como uma bola de neve tanto em termos das áreas de intervenção como da continuação da base social. O alargamento desta última e particularmente no caso de Lisboa, conduziu ao envolvimento do proletariado extra-bairros de lata e da pequena burguesia urbana. Também progressivamente, a luta passou a ser sustentada por uma base política ideológica: o inimigo deixou de ser determinado senhorio ou «subaluga»¹³ para passar a ser a propriedade privada. A este propósito Matias Ferreira (baseado em Alain Touraine) distingue duas fases¹⁴ nas lutas dos movimentos: o processo de naturalização (apropriar o que é seu) e a ruptura com essa naturalização, que tanto pode ser uma situação intermédia de protesto político-institucional como o alicerçar dos fundamentos de um real movimento social.

A perda do impacto destas lutas — posteriormente verificado — está, em parte, relacionado com uma excessiva territorialização dos movimentos, isto é, o acento demasiado na dimensão local. Não podemos deixar de referir outros factores explicativos, de suma importância, que são o da ausência de referências históricas no movimento urbano e no próprio movimento operário e a evolução do quadro político do país. Tudo contribuindo para a reversibilidade do processo de apropriação urbana.

Ainda no âmbito da inteligibilidade do processo de avanços e recuos dos movimentos populares, lembramos o estudo de Sousa Santos sobre o caso «Skylab»¹⁵. A ocupação de um terreno privado na cidade brasileira do Recife, por uma população carenciada, produziu uma dinâmica conflituosa que envolveu diversos agentes (proprietários, Estado e Igreja, para além dos ocupantes) acabando por conduzir a uma acção colectiva em que os ocupantes — apoiados pelos serviços jurídicos da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica Romana — conseguiram não ser expulsos e ficar a pagar uma renda ao proprietário. No entanto, isto não significa que todos os objectivos formulados pelo movimento popular tenham sido alcançados:

¹³ A expressão «abaixo o/a 'subaluga'» foi muito utilizada, no período revolucionário, para designar o intermediário envolvido nos processos de sublocação.

>■ V. MATIAS FERREIRA, *O. c.*, p. 557.

¹⁵ B. DE SOUSA SANTOS, «OS conflitos urbanos no Recife: o caso do 'Skylab'», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 11, Coimbra, CES, 1983. Ficou conhecido como o caso «Skylab», a ocupação de um terreno privado, abandonado há algumas dezenas de anos, por cerca de trezentas famílias pobres na cidade do Recife em 1979. Segundo o autor, tal facto serve para ilustrar como «a colectivização e a politização do conflito urbano interclassista condicionou as estratégias jurídicas da burguesia, neste caso a 'burguesia imobiliária' e a actuação do Estado». *Idem*, p. 21.

«[...] como todos os demais processos sociais, também este ficou sujeito a desgastes e retrocessos [...] Aliás, as lutas e os movimentos sociais urbanos são particularmente vulneráveis a este tipo de ocorrências»¹⁶.

Corroborando com o que atrás foi dito, este caso é, também ele, ilustrativo da dificuldade que existe de reproduzir e alargar as reivindicações urbanas. Uma vez satisfeitas essas reivindicações — «momento de culminância do movimento social» — começa também o enfraquecimento e retrocesso do movimento, na sequência de um conjunto de medidas conducentes a um processo de individualização progressiva dos moradores — perceptível no pagamento individual da renda — e correlativamente à despolitização dos conflitos¹⁷.

1.2. A mobilização em torno da habitação

A situação, que em termos habitacionais antecedeu o 25 de Abril, teve como pano de fundo um conjunto de carências e insuficiências que os esforços efectuados nos últimos anos do regime mal conseguiram atenuar¹⁸. O parque habitacional encontrava-se muito degradado, acabando por viver cerca de um quarto da população em «ilhas», barracas (formando os comuns bairros de lata), casas degradadas superlotadas ou em regime de sublocação, enfim, sem condições de habitabilidade mínimas.

A produção habitacional, como veremos de seguida, não respondia de forma alguma às necessidades, e a situação, para além de crítica, afigurava-se caótica. Posto isto, não será de estranhar que o cerne dos movimentos sociais urbanos que surgiram no período da revolução se localize em torno da questão habitacional.

O problema habitacional não é mais do que uma das componentes — e de longe a mais importante — do problema social designado por questão urbana, a qual engloba também os transportes, o ambiente, os equipamentos,

¹⁶ *Idem*, p. 37.

¹⁷ *Idem*, p. 37. Ainda na mesma página, pode ler-se: «Se é verdade que a negociação do acordo impôs os moradores como grupo social, a solução acordada criou, por sua própria natureza, as condições para a pulverização deste grupo social numa série de locatários atomizados».

¹⁸ A. FONSECA FERREIRA, *Por uma nova política de habitação*, Porto, Afrontamento, 1987, p. 6. Segundo este autor, estima-se à data um défice de 600 000 alojamentos.

o saneamento e infra-estruturas, etc. A questão urbana apresenta-se, assim, como um produto do crescimento desordenado e caótico das cidades que se desenvolveram sob a égide da lógica capitalista. No entanto, como é constituída por problemas extrínsecos ao mundo laboral e à esfera da produção, o capital demite-se da sua resolução, remetendo-o para a sociedade e para o Estado, o agente responsável pela política urbana.

Sousa Santos¹⁹ contraria e desmonta tal concepção com o argumento de que, em primeiro lugar, a questão urbana é inseparável da questão fundiária (terra e funcionamento da renda fundiária); e, por outro lado, apesar de directamente ligada às relações de reprodução da força de trabalho, este aspecto não pode ser desligado das relações de produção «em que essa força de trabalho é apropriada e valorizada»:

«[...] a política urbana (por exemplo, a política habitacional), desgarrada, quer da política fundiária, quer da política de emprego, não pode deixar de fracassar».

No mesmo sentido, Abílio Cardoso adverte que frequentemente os problemas (ou parte deles) ficam por se resolver porque se encaram as reivindicações como questões sociais e políticas e não como problemas económicos. Melhor explicitando, o que geralmente acontece é que as Teorias da Procura, preconizadas pelo capitalismo liberal, apesar de inadequadas à resolução das situações carenciais correspondentes às camadas de rendimentos mais baixos não deixam de ser hostis à intervenção do Estado na economia, remetendo, deste modo, os problemas insolúveis pelos seus modelos para as esferas do social e do político²⁰.

Com base nestes pressupostos, colocamos a hipótese de que a exacerbada conotação político-ideológica, atribuída aos movimentos urbanos

¹⁹ B. DE SOUSA SANTOS, «Estado, Direito e Questão Urbana», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 9, Coimbra, CES, 1982, p. 67.

²⁰ ABÍLIO CARDOSO, «Sobre o conceito de crise de habitação», *Revista Sociedade e Território*, n.º 2, 1985, pp. 102, 104 e 105. Que não fique aqui equivocada a ideia de que este autor atribui exclusiva responsabilidade ao Estado pela solução da crise habitacional. Muito pelo contrário, ele faz a apologia de uma grelha de análise bem mais alargada. Segundo ele, não se pode conceptualizar o «problema da habitação» como simples produto de intervenções do Estado. Tal ideia implica responsabilizar unicamente o Estado (e não os agentes privados) pela provisão de alojamento. Melhor explicitando: «O conceito de crise de habitação é antes baseado no funcionamento geral do sistema e formas de produção, acesso e consumo de habitação, que não se esgota nem no mecanismo de mercado, nem na intervenção do Estado, antes os incluindo como partes». *O. c.*, p. 107.

em Portugal para o período 74-75, serviu de ocultação de situações carenciais sócio-económicas cuja solução acabou por ser, no mínimo, protelada.

Como já o referimos anteriormente, quando surge o 25 de Abril existiam graves problemas nos sectores da habitação, urbanismo e construção civil. Diz-nos, sobre isto, A. Fonseca Ferreira²¹:

«Estes sectores reflectiam de forma paradigmática, as carências, as injustiças sociais, as débil idades produtivas e o caos territorial a que um velho regime, ditatorial e conservador, havia conduzido o país».

Verifica-se, à época, uma fraquíssima produção de alojamentos. Portugal produzia anualmente cerca de um terço da média de construção de fogos por habitante. Estava estipulado, a nível europeu, 8 fogos por 1000 habitantes e cá produzia-se, em média pouco mais de três. Para além deste aspecto, o ritmo de construção sofria de uma evolução deveras irregular — facto que está relacionado com as crises cíclicas no sector da construção civil, quase sempre caracterizadas por falências e concentração empresarial — fizeram-se sempre sentir fortes problemas em termos organizacionais e ao nível dos equipamentos, os quais eram obsoletos e insuficientes. A assinalar a quebra de 41 000 fogos em 1967 para 27 580 em 1970 e o pico máximo de construção em 1974 com 42 580 fogos.

Depois do 25 de Abril verifica-se uma recessão na produção habitacional que começa a recuperar lentamente depois de 1977. Ainda sobre o período anterior, de relevar a fraca participação do sector público em matéria de construção, que rondava os 8%. A partir de 74 opera-se uma certa mudança, aumentando a participação do sector público para 17% em 1977 e estabilizando a partir daí para uma média de 14%. De referir ainda as Cooperativas de Habitação — figurando também aqui os bairros das Associações de Moradores do processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) — que entre 1976 e 1985 constituíram 4% da produção habitacional²².

Analisando a questão ao nível da cidade do Porto — em virtude do interesse especial que este centro urbano assume no nosso estudo — começaremos por proceder a uma sucinta retrospectiva de questões directa e

¹ A. FONSECA FERREIRA, *O. c.*, p. 59.

²² *Idem*, p. 60.

indirectamente relacionadas com a habitação e respectiva crise (ou seus sintomas) nesta cidade.

O desenvolvimento industrial na cidade conheceu uma maior intensidade na segunda metade do século passado. A construção das primeiras fábricas (na sua maioria têxteis) provocou um crescimento populacional que entre 1864 e 1911 foi quase de 124%. Os trabalhadores que atraídos pelas indústrias acorriam à cidade, para além de desfrutarem de péssimas condições de trabalho, confrontavam-se com a precaridade das habitações e do consumo em geral ²³. A industrialização é assim acompanhada de fracas condições de vida e de higiene (inexistência de água canalizada e de rede de saneamento básico) e, portanto, relacionada com doenças profissionais e com aumento da mortalidade.

No sentido de evitar situações limite, potenciais geradoras de uma crise de reprodução não só social mas principalmente económica do sistema, as classes dominantes procuram satisfazer os limiares mínimos de alojamento para os trabalhadores. No Porto não é tanto a burguesia industrial que investe no alojamento dos seus operários ²⁴ mas a pequena e a média burguesias detentores de pequenas poupanças que aproveitam o quintal das suas moradias «ou terrenos nas traseiras», para construir casas minúsculas posteriormente arrendadas a preço elevado ²⁵. Assim, na viragem do século, cerca de metade da população vive em ilhas (Fontainhas, S. Vítor, Fontinha, Montebelo, Antas, Campo Pequeno, Carvalhido) localizadas perto dos principais núcleos industriais.

O problema das ilhas, levantado bem cedo por Ricardo Jorge ²⁶, vai ficando sempre por resolver até porque, como já atrás foi dito, o tipo de

²³ MARIELLE C. GROS, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Afrontamento, 1982, pp. 54 a 59 e A. ALVES COSTA et al., «SAAL/Norte — balanço de uma experiência», *Revista Cidade/Campo*, Cadernos da Habitação ao Território, n.º 2, 1979, p. 19. Em vários pontos deste trabalho tem sido referida a tardia ou a débil e inconsistente industrialização do país. Julgamos conveniente clarificar que tais asserções (por vezes citações) não correspondem à rejeição ou ignorância dos surtos e processos de industrialização que, apesar de frequentemente inconsequentes, a sociedade portuguesa (e o Porto em particular) conheceu. Neste sentido, diz-nos MARIELLE GROS, *O. c.*, p. 61... «Se é verdade que o capitalismo industrial não avançou em Portugal, com o mesmo vigor que noutros países europeus, a cidade do Porto foi, sem dúvida alguma, no século XIX, um dos grandes pontos do seu desenvolvimento».

²⁴ Chegaram a verificar-se alguns casos de industriais, movidos ora por ideias filantrópicas (como é o caso da Fábrica da Areosa) ou por fins especulativos, que construíram casas para os seus operários.

²⁵ MARIELLE C. GROS, *O. c.*, pp. 57 a 59. A. ALVES COSTA et al., *O. c.*, pp. 19 a 21.

²⁶ Sobre a insalubridade das ilhas do Porto e as «moléstias infecciosas» respectivas, ver RICARDO JORGE, *Demografia e Higiene na Cidade do Porto*, Porto, 1899.

população prioritariamente almejada pelo salazarismo era aquela correspondente aos estratos da classe média. No Porto e dentro da política das «casas económicas» são construídas 1562 habitações; constituem exemplo de tal tipo de iniciativa bairros como os de Marechal Gomes da Costa, Ilhéu, Condominhas, Amial e Ramalde.

Mas voltemos ao caso das ilhas. O Plano de Salubridade das Ilhas, instituído em 1956, falhou porque não havia condições de realojamento das pessoas a deslocar. Entretanto, a construção dos Bairros Camarários levada a cabo pela respectiva entidade, permitiu a destruição de ilhas insalubres e o envio dessas populações para a periferia. Não bastasse a deslocação e o desenraizamento, as populações foram ainda completamente divididas por diferentes bairros e submetidas a um regulamento que controlava inclusivamente o seu «comportamento moral»²⁷. Para além de isoladas, viviam sob o permanente medo da transgressão do regulamento, às vezes denúncia infundada, correndo o risco de perderem o direito à casa.

Como estes bairros são insuficientes perante o conjunto das necessidades e uma vez que as ilhas deixam de ser solução, agudizam-se outros fenómenos como o das casas sobreocupadas, as barracas, os clandestinos (concelhos limítrofes do Porto: Maia, Gaia, Matosinhos, Valongo, Gondomar), a ocupação e casas devolutas e a sublocação. Este último tipo de recurso, não raras vezes chamado de «colmeias humanas», era gerido pela figura do já mencionado intermediário, designado de «subaluga».

Quando se dá o 25 de Abril, os movimentos sociais urbanos, voltados obviamente para a questão da habitação, têm origem no Porto nos bairros camarários e nas casas subarrendadas — enquanto em Lisboa as lutas desencadeadas partem dos clandestinos e das barracas. Relativamente à cidade do Porto, é naqueles lugares que nascem a maior parte das comissões de moradores, muito embora com lutas distintas: enquanto os moradores dos bairros sociais pretendiam prioritariamente a extinção do regulamento a que estavam sujeitos, os habitantes das zonas degradadas reivindicavam o direito à habitação e o *direito ao local*.

Logo no 1.º de Maio de 1974 é entregue no Quartel General o primeiro documento reivindicativo pela comissão *ad-hoc* do Bairro S. João de Deus, bairro que se tornou num dos grandes impulsionadores do processo e que assim assinalou o início da onda de movimentações populares que durante largos meses iria dominar a cidade.

27 A. ALVES COSTA, *O. c.*, p. 29.

2. O PROCESSO SAAL E AS COMISSÕES DE MORADORES NA CIDADE DO PORTO

O discurso que subjaz ao SAAL data de um período anterior ao 25 de Abril. As suas origens podem ser localizadas no «Colóquio sobre Habitação» promovido em 1969 pela Associação de Inquilinos Lisbonenses. Mais tarde, em 1974, os técnicos (na sua maioria arquitectos), ligados à habitação, defendiam uma «transformação das práticas estatais», consideradas demasiado burocratizadas. Como veremos de seguida, o SAAL nasce, assim, neste contexto como caso paradigmático, uma vez que se afigura bem representativo das contradições do sistema²⁸.

Criado em 6 de Agosto de 1974 na sequência de um despacho assinado em 31 de Julho desse mesmo ano pelo Ministro da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, o SAAL destinava-se prioritariamente a apoiar e dinamizar populações mal alojadas²⁹. Noutro sentido, este organismo seria uma potencial alternativa aos tradicionais serviços burocráticos, procurando assim ultrapassar a morosidade de processos inadequados a situações que exigiam soluções de curto-prazo.

Verifica-se, desta forma, uma reorientação das actividades do Fundo de Fomento da Habitação expressa no «Programa de Acções Prioritárias» para a Habitação e do qual consta, para além da criação do SAAL, a reabilitação dos bairros degradados. O SAAL surgia, assim, vocacionado para apoiar «os estratos mais insolventes», todavia, detentores de capacidade organizativa e motivados para a procura, ou pelo menos para a colaboração na resolução dos seus próprios problemas — resolução essa que passaria inevitavelmente

²⁸ J. PINHEIRO NEVES, «Contribuição para a análise do discurso estatal sobre a habitação (1965-1976)», *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso de Sociologia, vol. II, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia e Editorial Fragmentos, 1990, p. 497. Nessa mesma página diz PINHEIRO NEVES: «Embora tivesse sido marcado pela conjuntura política, nomeadamente através da intensificação da retórica política no discurso dos técnicos, parece-me que constitui um caso exemplar da desadequação do discurso técnico ou tecnocrata, tanto em relação aos agentes e participantes directos (aparelho de Estado burocratizado), como aos grupos sociais relevantes presentes nesse discurso».

²⁹ O Despacho publicado na I.ª Série do Diário do Governo de 6 de Agosto de 1974 referia que o FFH se incumbia de organizar «um corpo técnico especializado designado de Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários».

e em primeira mão por um apoio estatal «em terrenos, infra-estruturas técnicas e financiamento»³⁰.

Estas medidas operaram-se numa vaga de contestação popular, onde foram primeira linha as comissões e as associações de moradores, reivindicando melhor habitação, novos bairros, infra-estruturas, creches e infantários, saneamento básico, antecipando certas soluções através, por exemplo, da vaga de ocupações de casas.

Genericamente, os habitantes dos bairros degradados, exigiam: novos bairros no local — usando como principal argumento a proximidade do emprego e o custo dos transportes — dispondo-se a colaborar na sua construção, oferecendo para isso o seu próprio trabalho e comprometendo-se a pagar rendas compatíveis com os seus rendimentos. Desta forma, as suas expectativas relativamente ao Estado pautavam-se por parâmetros técnicos e financeiros³¹. Essas iniciativas dos moradores seriam apoiadas pelas brigadas do SAAL que, em colaboração com as Câmaras, trabalhariam e apoiariam a transformação e construção dos bairros. Esperava-se um papel extremamente activo dos moradores em todas as fases da operação, inclusivamente ao nível da discussão da forma e utilização dos espaços privados e comuns.

No que respeita às Câmaras seriam responsáveis eminentemente pelo «controlo urbanístico da localização e cedência do solo», sendo ainda designadas como «interlocutores directos da organização dos interessados». Por outras palavras, esperava-se que funcionassem também como órgãos de mediação; depreendendo-se, ainda, do Despacho da criação do SAAL que as suas brigadas teriam por objectivo colmatar as insuficiências das Câmaras.

O SAAL foi-se transformando através da profunda articulação e implicação com o movimento popular, adaptando-se à diversidade de situações. Em termos sistemáticos, o SAAL regia-se pelos seguintes princípios básicos³²:

- intervenção em termos de apoio à organização dos moradores pobres;
- controlo sobre a localização dos núcleos habitacionais;
- controlo sobre o trabalho e prestação de apoio técnico;
- gestão da obra;
- controlo sobre o processo de financiamento;
- gestão social das casas e dos bairros.

³⁰ A. FONSECA FERREIRA, *O. c.*, p. 83. Cfr., de igual modo, MÁRIO BROCHADO COELHO, «Um processo organizativo de moradores (SAAL/Norte)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18,19 e 20, Coimbra, CES, 1986, pp. 647 a 649.

³¹ A. FONSECA FERREIRA, *O. c.*, p. 83.

³² A. ALVES COSTA et al., *O. c.*, p. 55.

Não obstante os objectivos do SAAL não estarem à partida bem definidos, esses objectivos foram sendo reformulados a partir dos próprios contactos com os moradores, orientando-se assim por procedimentos pouco convencionais e em paralelo questões cada vez mais controversas foram-se avolumando, seja em relação aos terrenos, financiamentos, auto-construção, articulação entre os serviços, etc.³³. Surgiram dificuldades diversas na aquisição dos terrenos, os processos de expropriação tornaram-se morosos ou foram simplesmente bloqueados. Não foram também tomadas as medidas legais necessárias à apropriação pública daqueles terrenos e «a sua posterior transferência para as associações de moradores»³⁴. O que efectivamente aconteceu foi que as simplificações legislativas introduzidas no processo de expropriação não foram suficientes e surgiram tarde demais.

Relativamente ao financiamento, este assenta basicamente na concessão de determinados montantes a fundo perdido e em empréstimos a uma baixa taxa de juro. «Entretanto, concederam-se subsídios a fundo perdido às associações sem que este tipo de apoio tenha sido globalmente regulamentado» e, neste caso, uma vez esgotado o fundo perdido não se concretizaram empréstimos, ficando as obras paradas. Não será demais sublinhar a grande indefinição que sempre se constatou a este nível³⁵.

Como já foi dito, a ideia básica era a de a população se organizar e participar no processo de transformação do bairro, construindo as suas próprias casas. Mais tarde, essa metodologia deixou de ser consensual, pois a maior parte dos moradores passaram a entender a auto-construção como um fenómeno de «dupla exploração»:

«Com o desenvolvimento e a politização do processo começaram a surgir posições de recusa de autoconstrução por parte das organizações de moradores e das brigadas. Argumentava-se como facto de se tratar de populações pobres para as quais a auto-construção significaria uma dupla exploração, socialmente injusta:

³³ Sobre toda essa controvérsia ver A. FONSECA FERREIRA, *O. c.*, pp. 87 a 91. Cfr. também J. PINHEIRO NEVES, *O. c.*, pp. 498 a 500. Ainda cerca desta questão diz M. BROCHADO COELHO, *O. c.*, p. 650, «...só em Outubro de 74 surgiram os dois primeiros projectos de diplomas legais contendo matéria específica para o arranque da actividade do SAAL e elaboradas pelos seus serviços centrais:

— expropriação de terrenos;
— financiamento das operações».

³⁴ A. FONSECA FERREIRA, *O. c.*, p. 87 e M. BROCHADO COELHO, *O. c.*, p. 657.

³⁵ A. FONSECA FERREIRA, *O. c.*, p. 88.

exploração no mercado de trabalho e exploração através da participação na construção das casas»³⁶.

Fonseca Ferreira atesta que a auto-construção é uma via que não se coaduna com o modo de vida urbana, funcionando melhor em contextos rurais, em virtude da tipologia de construção e das formas de organização que esta modalidade exige.

Também a nível dos serviços nem sempre as coisas funcionaram bem. Apesar de estar prevista uma colaboração estreita entre as brigadas do SAAL e as Câmaras Municipais, o facto é que nunca chegaram a ser definidas, em termos normativos, as funções e competências respectivas, provocando assim disfunções de vária ordem, mesmo (e principalmente) nas relações estabelecidas com as comissões de moradores, acabando as Câmaras por desempenhar um papel bastante secundarizado. As diversas indefinições empurraram as brigadas do SAAL para situações ambíguas entre o Fundo de Fomento da Habitação e os moradores.

Sempre à margem do próprio organismo que o criou e apesar de dependente dele, o SAAL, ao invés de propagar a sua dinâmica e a sua lógica de funcionamento aos restantes serviços — convencionais e burocratizados — do Fundo de Fomento da Habitação, acabou por ser progressivamente marginalizado, acabando finalmente por sucumbir³⁷.

Passados pouco mais de dois anos sobre o Decreto-Lei que o instituiu, mais propriamente no dia 28 de Outubro de 1976, saiu em Diário da República um despacho do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção (MHUC) e do Ministério da Administração Interna (MAI) que veio pôr fim ao SAAL, acusado de actuar à margem do Fundo de Fomento da Habitação e das câmaras municipais, chegando a sugerir-se que o SAAL contribuiu para o proliferar da construção clandestina e dos bairros degradados. Na óptica de Fonseca Ferreira³⁸, tratou-se de uma forma de alimentar uma opinião pública desfavorável àquele organismo. No entanto — e de forma algo contraditória —, não foram efectuadas ao longo

³⁶ *Idem*, p. 89.

³⁷ *Idem*, pp. 90 e 91. Acerca do conjunto de indefinições que desde o início marcou a actuação do governo relativamente ao SAAL. Cfr., também, M. BROCHADO COELHO, *O. a.*, p. 657.

³⁸ A. FONSECA FERREIRA, *O. c.*, pp. 91 e 92. M. BROCHADO COELHO, *O. c.*, pp. 661 e 662, procura enumerar os principais agentes e grupos envolvidos na oposição às operações SAAL/Norte, antes da declarada oposição política do governo. Será de destacar funcionários da autarquia e do FFH, técnicos ligados a partidos políticos e ao poder central que se sentiram marginalizados pelo processo e ainda proprietários cujos terrenos efectiva ou virtualmente seriam submetidos a expropriações.

dos dois anos de existência do SAAL quaisquer medidas correctivas e de reorientação relativamente à actuação daqueles serviços. A partir desse momento, as câmaras ficariam encarregadas pelas operações em curso, sem todavia estas serem apetrechadas dos meios financeiros necessários.

Enfim, pode dizer-se que o Estado nunca muniu o SAAL de instrumentos legais adequados. Após os já referidos ataques às associações de moradores (e às brigadas), a tónica é posta no seu carácter e actuação ilegais e o processo SAAL é bloqueado. Os técnicos deste organismo são acusados de responsáveis por iniciativas de anarquia urbana e as associações de moradores são acusadas de manipulações partidárias

Apesar dos responsáveis dos Serviços de Habitação declararem que a extinção do SAAL não significa a suspensão do programa, antes a sua recondução, o certo é que «dos cerca de 4000 fogos potencialmente adjudicáveis, em 1977 e 1978 somente foram iniciados 293 e 374, respectivamente»³⁹.

É difícil determinar com exactidão o trabalho produzido pelo SAAL e particularmente o número de fogos. Fonseca Ferreira⁴⁰ apresenta o seguinte balanço à data da sua extinção:

- associações legalizadas — 131;
- operações—174;
- famílias envolvidas — 40 000 (aproximadamente);
- terrenos adquiridos — 40 ha;
- projectos concluídos — 4000 fogos (aproximadamente);
- fogos iniciados — 2259.

Conclui-se ainda que o «principal estrangulamento» se situou ao nível da indisponibilidade de terrenos, uma vez que no início dos empreendimentos muitos dos terrenos se encontravam em situação irregular.

2.1. A constituição das comissões de moradores e respectiva passagem a associações

No Porto é mobilizada principalmente a população das ilhas — quase todas localizadas na periferia do núcleo central — com origem no proletariado industrial e urbanizado, como vimos de origem recente (cerca de 100 anos). Entretanto, quando ocorre o 25 de Abril, essa população era constituída por operariado e trabalhadores do terciário, tratando-se frequentemente de populações que tinham reagido mal ao seu realojamento

³⁹ *Idem*, pp. 86 e 87.

⁴⁰ *Idem*, *O. c.*, p. 86.

noutras partes da cidade. Mas a origem das comissões de moradores é bem diversa e a sua base social muito heterogénea — não só em termos de classe como ao nível de outras variáveis ⁴¹.

De acordo com Sérgio Lopes, onde existiam associações, grupos e centros culturais e recreativos, as associações de moradores tinham dificuldade em se implantar, devido a clientelismos e às tradicionais redes de poder local que aqui e ali subsistiam. É que antes do 25 de Abril só havia (uma certa) tradição de luta nos bairros camarários e tradição organizativa nos bairros de origem operária ⁴².

No ponto anterior referimos que escassos dias após o 25 de Abril — mais propriamente no Dia do Trabalhador de 1974 — foi entregue no Quartel General o primeiro documento reivindicativo por uma comissão *ad-hoc* de um bairro camarário: o Bairro S. João de Deus. Novos processos reivindicativos foram desencadeados a partir dessa data e, concomitantemente, foi aumentando a expressão do movimento popular pela melhoria da habitação: Bairro de Previdência da Pasteleira, Bairros camarários de S. Vicente de Paulo, da Pasteleira e de S. Roque, «ilha do Acácio».

Em 15 de Julho de 1974, numa sessão plenária de comissões de moradores dos bairros camarários, seria aprovada a revogação do regulamento em vigor para os respectivos bairros ⁴³. Brochado Coelho descreve-nos este processo de nos seguintes termos:

«Lentamente mas de modo muito claro, o movimento de moradores começou a sedimentar-se e a cristalizar sob cinco foram distintas:

- o dos bairros camarários do Porto;*
- o das casas-colmeia;*
- o das operações SAAL/Norte;*
- o das casas ocupadas;*
- o das situações restantes»* ⁴⁴.

⁴¹ Ver sobre este assunto a «Análise de Casos» feita por SÉRGIO LOPES, *État et «moradores» — le SAAL et les commissions de quartier à Porto (25 avril 1974 — 30 août 1976)*, Paris, ed. do autor, s. d., cap. III, pp. 27 a 137.

⁴² *Idem*, pp. 128 e 129. Exemplificativo das dificuldades de instauração da associação de moradores enquanto única entidade representativa dos moradores junto do SAAL foi o caso da Sé — bairro marcado por fortes redes de clientelismo e por associações e colectividades concorrenciais entre si. *Idem*, pp. 72 e 73.

⁴³ Esse regulamento denominava-se «Princípios Fundamentais Reguladores dos Bairros Camarários da Cidade do Porto».

⁴⁴ Cf. MÁRIO BROCHADO COELHO, *O. c.*, p. 651. Mais adiante, na p. 656, o autor procede à descrição de todas estas situações e respectivas lutas: bairros camarários, casa-colmeia (luta contra a «sub-aluga»), ocupação de casas devolutas e bairros de lata (caso de «Xangai»).

A pouco e pouco toda a força da movimentação dos bairros camarários foi-se transferindo para as operações SAAL/Norte. Mais tarde, o poder central acabou por criar um gabinete coordenador dos bairros camarários e o movimento dos bairros foi, assim, votado a um certo isolamento por via da sua dependência relativamente à Câmara Municipal⁴⁵.

Relativamente às restantes situações, elas assumiram um elevado grau de complexidade: o movimento popular criou formas organizativas próprias («comissões *ad-hoc*», «comissões instaladoras» e «comissões de moradores») pautadas todas elas pela informalidade e por um modo de organização espontâneo, sem qualquer estrutura formalizada em termos legais. No entanto, o SAAL impunha aos moradores a sua organização formal em cooperativas de habitação económica ou associações de moradores⁴⁶.

Os moradores do SAAL/Norte acabaram por ceder à pressão da legalização, optando pela modalidade de associação de moradores em detrimento da cooperativa de habitação económica. Diga-se, entretanto, que em fase posterior — isto é, anos mais tarde — algumas associações de moradores transformaram-se em cooperativas, no intuito de facilitarem a viabilidade ou a conclusão dos processos de construção em curso.

A opção unânime inicialmente tomada, de os moradores optarem pela forma associativa ao invés da cooperativa, representa:

«um dos momentos centrais do processo SAAL e toca uma das pedras-base desta experiência: pela primeira vez o Estado criara um sistema de financiamento de operações habitacionais destinadas a estratos da população insolventes cuja organização só poderia ser organizativa ou executiva»⁴⁷.

Contrariamente, as cooperativas são um modelo associativo adequado a populações solventes, o que significa estratos da população que no campo

⁴⁵ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, 1976. Para uma resenha factual e cronológica deste período e no que concerne às CMs e ao próprio SAAL, este documento afigura-se-nos essencial. No mesmo âmbito encontra-se o artigo já citado de MÁRIO BROCHADO COELHO.

⁴⁶ MÁRIO BROCHADO COELHO, *O. c.*, p. 651. Na página anterior o autor diz o seguinte: «utilizou-se a expressão *recuperação e renovação urbanas de zonas de habitação degradada e de bairros de barracas* como sendo esse o objecto de intervenção do SAAL e apontaram-se as duas formas admissíveis de organização dos moradores interessados em tais operações: *cooperativas de habitação económica e associações de moradores*». BROCHADO COELHO refere ainda o comunicado n.º 13 do SAAL/Norte, documento em que são sintetizados os diferentes tipos de organização dos moradores. *Idem*, p. 655.

v *Idem*, p. 669.

habitacional possuem 'recursos latentes', pequenas poupanças que irão permitir a participação dos sócios ao nível do próprio financiamento. Estamos, assim, perante populações bem diferenciadas.

No que respeita às comissões de moradores, a fase de 74-75 corresponde à sua instituição e passagem a associações de moradores. Especialmente as populações da área de intervenção do SAAL/Norte manifestaram-se sensíveis à necessidade de legalização, tendo optado pela, já mencionada, forma jurídica «associação de moradores». Só no Porto, constituíram-se como tal cerca de 35.

Deste período de institucionalização e para viabilizar a passagem à forma associativa constou também, obrigatoriamente, a elaboração de estatutos onde apareciam formulados os fins a que se propunham essas mesmas associações.

Toda a acção do movimento popular foi inegavelmente um processo significativo: as comissões de moradores, depois transformadas em associações de moradores, foram autênticos órgãos de decisão local. Em 5 de Abril de 1975 (em Plenário das comissões de moradores e das brigadas do SAAL/Norte realizado no Palácio de Cristal) é mesmo exigida «a nacionalização dos solos urbanos e urbanizáveis»⁴⁸ e a gestão popular dos mesmos — projecto que iria bem mais longe dos formulados nos estatutos das associações. Ainda que a sua importância interventiva se afigure temporalmente delimitada, há objectivos e «conquistas» que na altura foram conseguidos. Para exemplificar os mais elucidativos, podemos citar:

- d) a suspensão das acções de despejo dos senhorios em casas em regime de sublocação;
- b) a abolição do regulamento anterior a 74 em vigor nos bairros camarários;
- c) a confirmação da promessa por parte do Secretário de Estado da Habitação — o Arq.º Nuno Portas — de aumento de concessão de verbas a «fundo perdido»;
- d) o funcionamento (temporário) de um Conselho Municipal, «órgão popular de discussão» de carácter antiburocrático com o objectivo de supervisionar e criticar a autarquia⁴⁹.

⁴⁸ Conselho Nacional do SAAL, *O. c.*, p. 17 e A. ALVES COSTA et al., *O. c.*, p. 50.

⁴⁹ Relativamente a este Conselho Municipal convirá acrescentar que o mesmo foi criado depois do 11 de Março de 1975. O comandante Corvacho, da Região Militar Norte, substituiu a Comissão Administrativa da Câmara (constituída pelos partidos da coligação governamental) por uma Comissão Militar. Esta decisão foi sintomática da aceitação das reivindicações dos

Tudo isto acarreta implicações de outra ordem. Estavam em discussão outros problemas para além da habitação: o desporto, a saúde, o ensino, a cultura... enfim, estas e muitas outras componentes que envolvem o modo de intervir e as próprias relações sociais e de sociabilidade no espaço urbano. A ambição por parte dos actores implicados era grande: visava a introdução de uma nova metodologia de intervenção na cidade. Do direito à habitação procurava-se passar à conquista do direito à cidade ⁵⁰. Nas palavras de Brochado Coelho:

«[...] tais comissões e associações são [foram] organizações de moradores e de zona, bairro, rua, quarteirão ou edifício que têm como objectivo nuclear a melhoria das suas condições de habitação (em sentido lato), do seu equipamento social e do seu ambiente. Partem, portanto, de uma dada comunidade humana (delimitada espacialmente em termos não formais nem administrativos) e de problemas concretos a todos os seus membros» ⁵¹.

Como já o referimos noutra lugar ⁵², «a extinção do SAAL, as alterações legislativas, o fim da concessão de verbas às associações de moradores em 1977, inviabilizaram muitos projectos ou não permitiram a completa exequibilidade de outros».

Algumas associações de moradores desapareceram, outras conseguiram construir casas para parte da população local (raramente abrangeram a totalidade dos moradores); outras transformaram-se em cooperativas e anularam o sentido inicial da representatividade do bairro; em alguns casos foi abandonada, definitivamente, a questão da habitação passando-se à direcção, promoção ou gestão de actividades de carácter social (equipamentos colectivos de assistência a infância e ao idoso), cultural-recreativo ou desportivo. Em termos gerais, e concretamente no que respeita ao SAAL/Norte, o balanço é o seguinte ⁵³:

«Havia 45 associações de moradores legalizadas e 16 comissões de moradores interessadas em 65 operações do SAAL/Norte em curso

organismos de base, os quais passaram a pertencer ao Conselho Municipal: delegados das comissões de moradores dos bairros camarários, delegados das comissões de moradores do «processo SAAL», comités sindicais dos diversos serviços municipais, cooperativas, juntas de freguesia, delegados dos bombeiros e da polícia, etc. Cfr. SÉRGIO LOPES, *O. a.*, pp. 108 e 109.

⁵⁰ A. ALVES COSTA et ai., *O. c.*, p. 55.

⁵¹ M. BROCHADO COELHO, *O. c.*, p. 666.

⁵² HELENA VILAÇA, «Associativismo urbano e participação na cidade», *O. c.*, p. 179.

⁵³ M. BROCHADO COELHO, *O. c.*, p. 658.

nos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo, Maia, Marco de Canaveses, Espinho e Ovar, correspondendo a 16 855 famílias envolvidas num total de mais de 60 000 pessoas carenciadas de habitação. Havia ainda mais 47 pedidos de intervenção aguardando início de resposta. Estavam em construção, apesar de tudo, 374 fogos e prontos para arranque até ao fim de 1977 um total de outros 1973 fogos...»

Um aspecto que não poderíamos deixar de abordar aqui é o da «discutível» ligação e intersecção das comissões de moradores e associações de moradores aos aparelhos político-partidários. Vários autores, enfatizando o carácter espontâneo do movimento de moradores na sua fase de arranque, afirmam o distanciamento partidário até uma fase avançada do processo, verificando-se uma certa resistência à instrumentalização político-partidária do seu movimento⁵⁴. Mesmo que essa instrumentalização e um certo discurso político-ideológico se tenham parcialmente verificado e dado virtualmente alguma força ao movimento, longe estão de abranger e de justificar toda a vaga de mobilização e organização popular gerada em torno da esféria de um bem de consumo essencial: a habitação.

Todavia, o processo SAAL, que mediatizava a concretização de muitos dos projectos dos moradores, teve pouca durabilidade. O desfecho é já bem conhecido: o processo é paralizado, estando associada a dissolução do SAAL ao fim de um determinado tipo de organização popular e, no fundo, ao apagamento da utopia de uma «nova lógica de produção e de intervenção no espaço urbano».

A cidade foi efectivamente um campo de conflitos porque também eram propícias as condições para escolhas múltiplas. As reivindicações não foram um produto linear de necessidades e carências, mais sendo o resultado da tomada de consciência dos direitos humanos e das possibilidades de expressão tão diversificadas que o regime democrático proporcionava. Os

⁵⁴ *Idem*, pp. 659 e 660. Especificamente na p. 660 o autor afirma: «Em geral, dir-se-á que nenhum partido teve uma posição de compreensão face ao processo SAAL, preocupando-se mais com a criação de situações de domínio e manipulação da força de luta organizada dos moradores. O fenómeno partidário foi exterior ao movimento dos moradores e não teve a sensibilidade suficiente para o entender, respeitar e apoiar». SÉRGIO LOPES, que estudou o movimento de moradores no Porto, justifica a sua opção argumentando, para além de outros motivos, que é também no Porto que se encontra «uma maior variedade de 'casos', uma maior quantidade de experiências» onde o processo SAAL parece ter sido mais significativo. Foi também no Porto que o movimento melhor resistiu à interferência dos partidos políticos. *O. c.*, p. 8.

processos inerentes aos movimentos sociais urbanos e mais propriamente a «apropriação colectiva» levada a cabo foram, segundo Matias Ferreira ⁵⁵, o esboço de um projecto sócio-cultural — não só de um lugar, mas de uma nova condição, ainda que muito efémera. Algumas das temáticas dos boletins das associações, são bem reveladoras da sua ambição e da sua utopia de transformação da cidade, numa fase em que o sustentáculo político-ideológico é já bem claro e útil porque legitimador das suas condutas.

Será também importante referir aqui o ponto de vista de Sérgio Lopes relativamente a estas lutas ⁵⁶. Segundo este autor, trata-se de lutas «a propósito» do alojamento, que podem não situar-se num contexto estritamente urbano. Uma vez que podem centrar-se tanto nos transportes colectivos como na cultura ou na educação das crianças, estas lutas podem também ter lugar no meio rural. O denominador comum de todas essas reivindicações será o espaço de reprodução da força de trabalho e a sua relação ao consumo.

Apesar de estas lutas se travarem na esfera da reprodução social, com um conteúdo de classe diluído e de nessa medida lhes ser atribuído um carácter secundário — por oposição às lutas efectuadas a nível da produção, essas chamadas primárias porque mais importantes e decisivas — os seus efeitos não deixam de ser consideráveis. Citando Sousa Santos ⁵⁷:

«As lutas secundárias têm uma grande capacidade de mobilização e de agudização, forçando à deslocação (recuo) dos limites de compatibilidade funcional impostos pela dominação política às classes subalternas e até afrontando ocasionalmente o Estado mais decisiva e globalmente que as próprias lutas primárias».

2.2. Recenseamento das actuais associações de moradores da cidade do Porto

Não temos tratado (nem passaremos a fazê-lo) o assunto SAAL ou o movimento urbano conduzido pelas comissões e associações de moradores em termos globizantes, ou seja abarcando as diversidades e particularidades que assumiram nos principais centros urbanos em que o mesmo se manifestou — e foram eles Lisboa, Porto, Setúbal e na região do Algarve;

⁵⁵ V. MATIAS FERREIRA, *O. c.*, p. 557.

⁵⁶ SÉRGIO LOPES, *O. c.*, pp. 115 e 116.

⁵⁷ Cfr. B. DE SOUSA SANTOS, «Estado, Direito e Questão Urbana», *O. c.*, p. 79.

tão só nos centraremos na cidade do Porto, pois trata-se do local que, para além de bem representativo dos processos em questão, foi campo de análise do nosso objecto empírico.

Pese embora o indispensável percurso efectuado pelas associações de moradores nos primeiros anos da sua existência, o nosso objecto de interesse e de análise é o do seu actual funcionamento. O levantamento das actuais associações de moradores foi algo moroso, coberto de dificuldades múltiplas, próprias a qualquer trabalho de investigação, particularmente a pesquisa empírica. Disto são exemplo a falta de fontes documentais primárias, como os jornais, as actas e os ficheiros das associações.

Depois do Livro Branco do SAAL em 76, não foi produzida qualquer documentação que desse conta da localização e do percurso efectuado por cada uma daquelas comissões/associações e, como tal, não foi fácil partir à descoberta das associações de moradores que ali aparecem mencionadas, ainda que nos restringíssemos exclusivamente ao concelho do Porto.

Deste modo, para realizar o referido levantamento, recorreremos às seguintes fontes:

- Livro Branco do SAAL;
- Listagem (a data desactualizada) facultada pelo Pelouro da Habitação da Câmara Municipal do Porto;
- Respostas a um inquérito às associações da cidade promovido pelo Pelouro da Animação Cultural da Câmara Municipal do Porto;
- Juntas de Freguesia;
- Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE);
- Contactos com informantes privilegiados ligados ao processo SAAL/Norte.

Tomando como ponto de partida o Livro Branco do SAAL, constatámos que existiam à época 34 associações de moradores/comissões de moradores — ver Quadro I sobre a Organização dos Moradores⁵⁸ — inseridas no âmbito das operações das Brigadas do SAAL. A este número acrescentamos duas associações de moradores não directamente ligadas ao SAAL mas contemporâneos do mesmo e movidas por dinâmicas

⁵⁸ O Quadro I é uma reprodução quase integral do quadro sobre essa temática presente no *Livro Branco do SAAL*, do ponto «Comissão Regional do Norte (SAAL/Norte)», p. VI.

Helena Vilaça

QUADRO I — Organização de Moradores no Concelho do Porto

Concelho do Porto	Aprovação	Escritura	Public.	Estatutos
	Estatutos	Notarial	D.R. n.º	Data
Associação de Moradores do Bairro da Maceda	1/2/75	22/5/75	219	22/9/75
Associação de Moradores das Antas	21/2/75	28/5/75	201	1/9/75
Associação de Moradores de Chaves Oliveira	14/4/75	3/7/75	218	20/9/75
Associação de Moradores de S. Victor	30/1/75	14/5/75	201	1/9/75
Associação de Moradores da Bela Vista (D. João IV)	5/75	—	201	1/9/75
Associação de Moradores do Bairro do Leal	7/2/75	—	223	26/9/75
Associação de Moradores da Zona da Lapa	21/2/75	7/5/75	201	1/9/75
Associação de Moradores da Sé	25/10/75	25/2/76	204	31/8/76
Associação de Moradores da Travessa da Prelada	14/8/75	25/10/75	11	14/1/76
Associação de Moradores do Bairro Parceria/Antunes	14/5/75	24/1/76	143	21/6/76
Associação de Moradores de Massarelos	11/4/75	20/4/76	204	31/8/76
Associação de Moradores da Zona da Arada	—	13/1/76	78	1/4/76
Associação de Moradores da Maceda/Cartes/P.º Grande	—	24/7/76	238	8/10/76
Associação de Moradores da Póvoa	8/5/75	6/6/75	219	22/9/76
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	3/10/75	8/5/75	210	7/9/76
Associação de Moradores do Bairro do Vilar	7/3/75	18/6/75	218	20/9/75
Associação de Moradores do Bairro de Contumil	—	25/5/76	161	12/7/76
Associação de Moradores de Francos	11/3/75	31/3/75	216	18/9/75
Comissão de Moradores da Rua do Heroísmo	—	—	—	—
Associação de Moradores da Bouça	23/3/75	4/7/75	218	20/9/75
Associação de Moradores da Boavista	4/4/75	6/12/75	32	7/2/75
Associação de Moradores de Miragaia	—	30/3/76	164	15/7/76
Associação de Moradores da Zona das Fontainhas	10/4/76	4/5/76	139	15/6/76
Comissão de Moradores da Zona da Lomba	—	—	—	—
Comissão de Moradores da Preza Velha/Formiga/China	—	—	—	—
Associação de Moradores do Campo 24 Agosto e Eirinhas	—	15/9/76	—	—
Associação de Moradores de Serralves	—	8/4/76	140	16/6/76
Associação de Moradores de Justino Teixeira	—	16/7/76	223	22/9/76
Comissão de Moradores dos Combatentes	—	—	—	—
Associação Revolucionária de Moradores do Carvalhido	—	25/3/76	135	9/6/76
Com. de Moradores de S. Pedro e Azevedo de Campanhã	—	—	—	—
Comissão de Moradores de Cedofeita	—	—	—	—
Associação de Moradores de Pego Negro	—	5/6/76	184	7/8/76
Associação de Moradores da Zona de Tirares	—	22/5/76	161	12/7/76

Fonte: Livro Branco do SAAL

semelhantes: a Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre e a Associação de Moradores da Ex-Escola Académica⁵⁹.

Justificamos esta inclusão, relativamente ao primeiro caso, porque para além dos contactos que chegaram a ser estabelecidos com o SAAL, teve origem nos moradores de uma zona degradada: o Bom Sucesso — mas o processo de construção do bairro esse foi conduzido pela Câmara Municipal. Quanto à Associação de Moradores da Ex-Escola Académica, tratou-se de um processo um pouco mais confuso na sua génese mas que também resultou de um processo de mobilização de moradores do período revolucionário, apesar de a habitação ser uma questão que desde cedo foi posta de parte.

Se considerarmos — ainda que em termos marginais para o nosso objecto de observação — as comissões de moradores/associações de moradores de bairros camarários que obtivemos através da listagem e/ou inquéritos facultados pela Câmara Municipal do Porto (CMP), ficamos com um total de 42. Das 6 comissões de moradores/associações de moradores dos bairros camarários a situação é a seguinte: 4 funcionam enquanto tal; 2 extinguiram-se ou, pelo menos deixaram de funcionar como associação de moradores, tendo podido transformar-se ou não em colectividades locais — fenómeno que carece de averiguar.

Embora marginais ao nosso objecto de estudo, acabámos por realizar entrevistas em 3 das 4 associações de moradores em funcionamento nestes bairros, pois a sua origem está, como vimos, fortemente imbricada com o gérmen organizativo dos moradores que foram pelo SAAL.

Mas a nossa análise irá centrar-se fundamentalmente no universo das associações de moradores, propriamente ditas, que surgiram mais ou menos directamente, com maior ou menor autonomia no âmbito do projecto SAAL.

Assim, relativamente às 36 associações de moradores sem relação com os bairros camarários e todas formadas no período pós 25 de Abril, temos o seguinte quadro:

- 9 foram extintas;
- 6 suspeitamos que também tenham desaparecido⁶⁰;
- 2 transformaram-se em cooperativa (a Assoe. Revolucionária de Moradores do Carvalhido e Associação de Moradores da Boavista);
- 19 encontram-se em funcionamento.

⁵⁹ Poderiam, dentro de uma lógica semelhante, ser aqui incluídas as AMs da Fonte Taurina e da Reboleira. Não foi pertinente fazê-lo porque, para além do facto de não estarem ligadas ao SAAL mas sim ao CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo), essas associações acabaram por desaparecer.

⁶⁰ Apesar do recurso a fontes múltiplas, não conseguimos confirmar a existência nem a localização com a devida exactidão. As moradas de que dispúnhamos, no mínimo estavam desactualizadas, pois vários foram os casos em que nos foram devolvidas as cartas remetidas. Contudo, na ausência de uma confirmação fidedigna, deixamos algumas interrogações sem resposta.

Nestas 19 foi possível — no sentido em que se verificou receptividade — realizar entrevistas semi-directivas aos seus dirigentes em 16. O quadro seguinte (Quadro II) dá conta das associações de moradores em questão, bem como da sua data de passagem a associação.

QUADRO II — Data de Passagem a Associação

Associações de Moradores	1975/76	Depois de 1976
Antas	X	
Bairro do Leal	X	
Bairro da Maceda	X	
Bairro do Vilar	X	
Bouça	X	
Contumil	X	
Ex-Escola Académica	X	
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X	
Justino Teixeira	X	
Massarelos	X	
Pego Negro	X	
Zona do Campo Alegre		X
Zona de Francos	X	
Zona da Lapa	X	
Zona da Lomba		X
Zona de Tirares	X	

Por último, concluiríamos apresentando a sua distribuição pelas freguesias da cidade:

—*Bonfim*: 2 (Associação de Moradores de Justino Teixeira e Associação de Moradores da Zona da Lomba); —*Carrípanhã*: 5 (Associação de moradores das Antas, Associação de Moradores do Bairro da Maceda, Associação de Moradores de Contumil, Associação de Moradores de Pego Negro e Associação de Moradores da Zona de Tirares); —*Cedofeita*: 3 (Associação de Moradores da Bouça, Associação de Moradores da Ex-Escola Académica e Associação de Moradores da Zona da Lapa); —*Lordelo do Ouro*: 1 (Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida);

- Massarelos*: 3 (Associação de Moradores do Bairro do Vilar, Associação de Moradores de Massarelos e Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre);
- Santo Ildefonso*: 1 (Associação de Moradores do Bairro do Leal);
- Ramalde*: 1 (Associação de Moradores da Zona de Francos).

As três por entrevistar localizam-se nas freguesias do Bonfim (Associação de Moradores de S. Vítor), de Campanhã (Associação de Moradores de Chaves Oliveira) e de Paranhos (Associação de Moradores dos Combatentes).

O mapa do concelho do Porto que colocámos na página seguinte, permite visualizar melhor o enquadramento geográfico das associações na malha urbana.

3. EIXOS ANALÍTICOS PARA O ESTUDO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

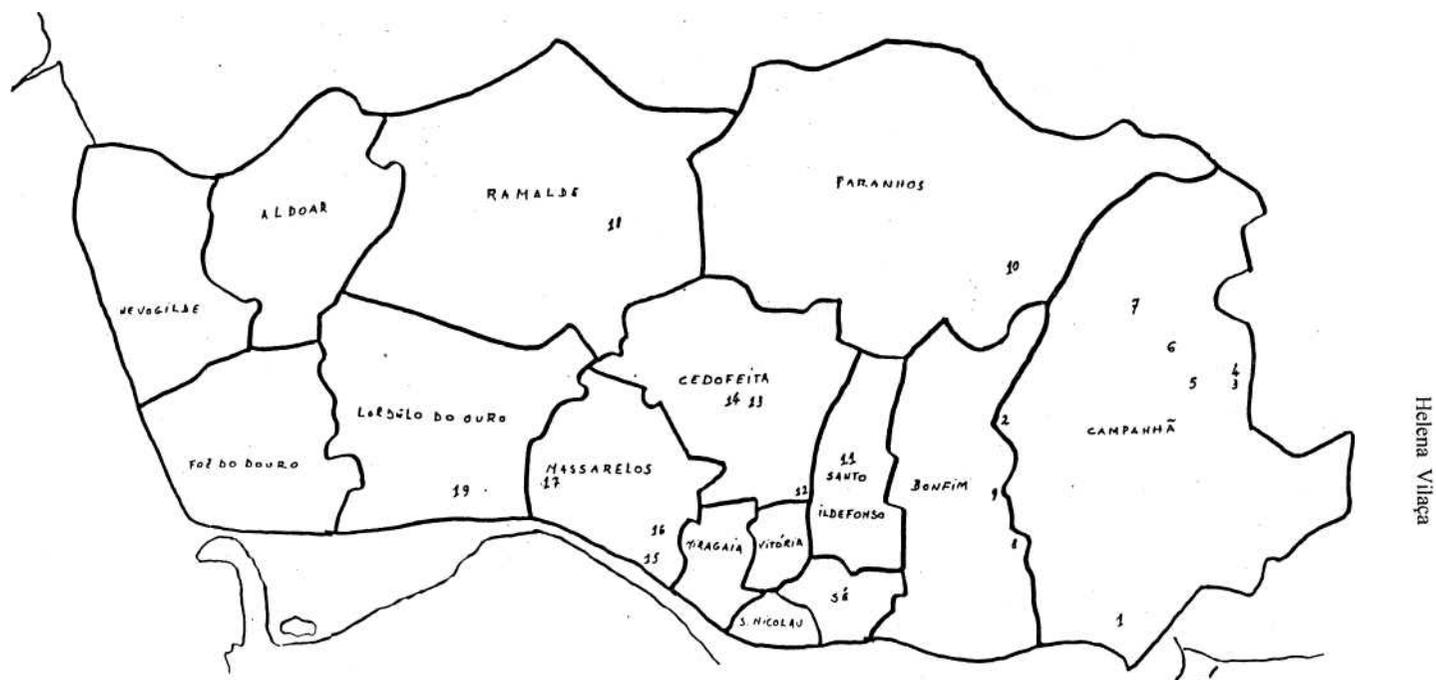
3.1. Considerações prévias de carácter metodológico

Depois de um percurso tangencial por questões merecedoras de um desenvolvimento mais aprofundado, mas impossibilitadas de terem aqui lugar por condicionalismos que antes do mais se prendem com a central idade do próprio tema, estamos agora em condições de voltar à questão inicial que é a de analisar o associativismo urbano enquanto elemento de participação e de dinamismo na cidade.

O objectivo que pretenderíamos atingir, visando alcançar a completa exaustividade em termos de contactos e entrevistas das actuais associações, teve — pela eventualidade com um conjunto de obstáculos intransponíveis e já atrás referidos — de contentar-se com a diversidade de experiências que procurou descrever e analisar.

Perante estes condicionalismos circunstanciais, realizámos dezasseis entrevistas em associações de moradores com a duração média de duas horas e meia ⁶¹ e duas entrevistas a informantes privilegiados envolvidos directamente no SAAL/Norte, seja como técnicos ou como dirigentes. No caso destas entrevistas a sua duração média foi de duas horas.

⁶¹ Por razões atrás já explicadas, não incluímos aqui nem contabilizámos as entrevistas realizadas a três associações de moradores de bairros camarários.



Localização actual das Associações de Moradores no Concelho do Porto, por Freguesias

- | | | |
|----------------------------|--------------------------------|--|
| 1 — A. M. S. Viciór | 7 — A. M. Contumil | 13 — A. M. Zona da Lapa |
| 2 — A. M. Antas | 8 — A. M. Zona da Lomba | 14 — A. M. Bouça |
| 3 — A. M. Zona de Tirares | 9 — A. M. Justino Teixeira | 15 — A. M. Massarelos |
| 4 — A. M. Pego Negro | 10 — A. M. Combatentes | 16 — A. M. Bairro do Vilar |
| 5 — A. M. Bairro da Maceda | 11 — A. M. Bairro do Leal | 17 — A. M. Zona do Campo Alegre |
| 6 — A. M. Chaves Oliveira | 12 — A. M. Ex-Escola Académica | 18 — A. M. Zona de Francos |
| | | 19 — Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida |

Semelhantermente ao ocorrido anteriormente num outro tipo de trabalho sobre associações e grupos organizados, no caso, na área do artesanato ⁶², a informação foi obtida através de entrevistas semi-directivas a dirigentes associativos e, à excepção de um único caso, foram administradas nas sedes das respectivas associações.

Certamente que a análise teria sido enriquecida por uma pesquisa de terreno que permitisse uma presença prolongada do investigador «nos contextos sociais em estudo» facultando o contacto directo com pessoas e situações ⁶³; na sua impossibilidade ou na sua pouca significância, optámos então por outras estratégias metodológicas fundamentais: as entrevistas e as fontes documentais diversas.

A presença prolongada poderia ter complementado a nossa investigação pela observação directa de pessoas, de actividades, de comportamentos quotidianos e de interacções verbais, permitindo ainda maior nitidez na identificação de símbolos ⁶⁴. Estamos certos de que um tal procedimento iria virtualmente suprir algumas das muitas lacunas da entrevista — não obstante o facto de estarmos cientes de que, como reverso, o envolvimento produzido pela observação participante é a técnica de captação de dados menos estruturada em Ciências Sociais.

De igual modo, os documentos que foram facultados ou que tivemos de procurar noutra lugar, mais propriamente fora das sedes das associações de moradores, como foi o caso dos jornais publicados pelas associações e artigos de imprensa sobre as mesmas, constituem fontes valiosas de análise com vista à produção de mais informação.

Também teremos de referir a importância que tiveram no nosso trabalho os informantes privilegiados — indivíduos e ex-técnicos ligados ao SAAL e alguns intelectuais que observaram/participaram, bem de perto, o processo. No que respeita aos dirigentes associativos entrevistados o

⁶² Refiro-me concretamente ao estudo sobre os grupos, associações e centros de artesanato nortenhos realizado por AUGUSTO SANTOS SILVA e HENENA VILAÇA, *As Searas de Jeremias*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1990.

⁶³ AUGUSTO SANTOS SILVA e JOSÉ MADUREIRA PINTO (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1987. Acerca de «A pesquisa do terreno em sociologia», ver o cap. V da autoria de ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA, pp. 129 e segs.

⁶⁴ AUGUSTO SANTOS SILVA e JOSÉ MADUREIRA PINTO (orgs.), *O. c.*, p. 129. MARIA FROTA HAGUETTE, in *Metodologias qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Vozes, 1987, p. 77, diz, pela sua vez, relativamente à observação participante, que a sociologia recorre a tal método «porque acredita que toda a organização societal está assentada nos 'sentidos' nas 'definições' e nas 'acções' que indivíduos e grupos elaboram ao longo do processo de 'interacção' simbólica do dia-a-dia», p. 59.

contacto e a proximidade que se gerou nem sempre tornaram fácil a tarefa de considerar as suas declarações como:

«matéria-prima informativa sobre as respectivas representações, opiniões, julgamentos de valor, visões do mundo, em suma, sobre as respectivas configurações culturais — importante dimensão constitutiva de qualquer realidade social»⁶⁵.

Por outro lado é, sem dúvida fundamental, para nós, o registo desses mesmos estados emocionais, e apreender essas formas de perceber o mundo tal qual elas são transformadas em conhecimento e verbalizáveis.

Optámos, efectivamente, por entrevistas mais estruturadas, cujo tipo obedece a um modelo híbrido entre a entrevista directiva ou padronizada — o que se identifica praticamente com o inquérito por questionário, com uma maioria de perguntas fechadas e sem nenhum papel activo do entrevistador — e a entrevista semi-estruturada aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas⁶⁶. Sempre que possível e em função das perguntas abertas, de certo modo com proximidade de verdadeiras «histórias orais», recorremos à gravação magnética.

3.2. Grelha metodológica: os principais eixos analíticos

Com base no trabalho de investigação que temos vindo a desenvolver, tentaremos avaliar e tipificar — com as devidas precauções — as associações de moradores de acordo com as seguintes linhas analíticas: cumprimento dos principais objectivos contemplados nos estatutos (onde a habitação ocupa, sem dúvida, o primeiro lugar); capacidade e dinamismo dos dirigentes; mobilização e adesão da população às iniciativas; relação com o poder; concepção do papel da instituição; e, por último, o grau de satisfação que os dirigentes revelam face ao trabalho desenvolvido.

Conscientes de que ficam por explorar e aprofundar vectores importantes, como as características da base social de suporte e relação que mantêm com os dirigentes ou, ainda, a delimitação e percepção do território e respectiva dimensão simbólica, será atribuída especial relevância à relação que as associações mantêm com o poder, a qual é protagonizada pelos seus diri-

⁶⁵ AUGUSTO SANTOS SILVA e JOSÉ MADUREIRA PINTO (orgs.), *O. c.*, p. 139.

⁶⁶ MARIA FROTA HAGUETTE, *O. c.*, p. 77. A entrevista não deixa de ser um «processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado». *Idem*, p. 75. Ver ainda pp. 76 e 77. gentes, e à concepção do papel que esses mesmos actores sociais manifestam.

3.2.1. Os objectivos de ontem e os objectivos de hoje

No que concerne aos estatutos, podemos apontar quatro grandes objectivos presentes em que quase todas as associações:

- a) melhoria das condições de habitação dos seus associados;
- b) defesa dos interesses dos associados perante as autarquias locais (Câmara Municipal e Junta de Freguesia), os diversos órgãos do governo e todas as demais entidades públicas e privadas;
- c) desenvolvimento do espírito associativo dos associados através de actividades de índole cultural, recreativa, social, sanitária, económica e de apoio à infância;
- d) criação de uma cooperativa de consumo aberta a não associados.

Nem todas as associações nos facultaram cópia dos estatutos, mas Mário Brochado Coelho — advogado que, para além de ser um dos responsáveis do SAAL/Norte, colaborou na elaboração da quase totalidade desses estatutos — confirmou estes objectivos.

Certamente que existiram particularidades. E nós, detectámos algumas. Por exemplo, a Associação de Moradores da Zona de Francos contém um parágrafo único que revela a presença mais explícita de uma componente político-ideológica:

«A actividade da Associação deve servir de facto os interesses dos moradores, a luta pelo direito à habitação para o povo trabalhador e de uma maneira geral a luta de todos os trabalhadores pela sua emancipação completa».

No caso do Grupo Dramático e de Moradores da Mocidade de Arrábida, os seus estatutos contemplam as alíneas a), b) e c) — sendo nesta última particularizada a juventude —; todavia, estas três alíneas são antecedidas por outras duas em que é enfatizada uma dimensão mais estritamente cultural:

- proporcionar aos seus associados espectáculos, saraus musicais, de dança e quaisquer outros divertimentos, como jogos lícitos, para os quais haverá uma tabela de preços constante do respectivo regulamento;
- organizar conferências.

Estes três pontos são elucidativos de um passado eminentemente cultural, principalmente assinalado pelo teatro.

Na sua maioria, as associações de moradores admitem a necessidade de revisão e de reformulação dos seus estatutos. Particularmente no caso da Ex-Escola Académica os objectivos foram alterados, sendo de assinalar o facto de neste momento não contemplarem — e como tal não estarem vinculados — uma zona específica da cidade:

Art.º 2.º — «A Associação de Moradores da Ex-Escola Académica do Porto tem por objectivo contribuir para a promoção social e cultura da área geográfica da Freguesia de Cedofeita *e outras*, e o seu âmbito de acção abrange as referidas áreas»;

Mostra-se também vocacionada para objectivos muito específicos, enquanto Instituição Privada de Solidariedade Social:

Art.º 3.º — «Para a realização dos seus objectivos, a instituição propõe-se criar e manter as seguintes actividades:

- a) como actividade principal, acções de segurança social, tais como protecção à Infância, Juventude e Terceira Idade, nomeadamente, criação de e manutenção de Jardins Infantis, Infantários, ATL, Lar e centro de Dia da Terceira Idade;
- b) como actividades secundárias, desenvolvimento do espírito associativo através de acções desportivas, culturais, defesa da qualidade de vida, melhoria das condições de habitação condigna e outras da mesma índole».

De referir ainda o caso da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre, que não foi conduzido pelo processo SAAL e cujos objectivos apresentam uma formulação e redacção diferentes, apesar das afinidades — próprias da contemporaneidade — e dos pontos comuns com os objectivos dos estatutos das associações do processo SAAL:

- 1) Promover, através da construção ou por outros meios, a melhoria das condições de habitação dos seus associados.
- 2) Promover a construção e administrar os serviços de equipamentos sociais, tais como creches, postos médicos, jardins infantis e outros, que serão postos ao serviço dos seus associados, mediante regulamentação a estudar.
- 3) Organizar iniciativas culturais, recreativas e desportivas.
- 4) Prosseguir todas as actividades de que resulta benefício para os associados.

As Associações de Moradores

- 5) Difundir entre as populações com idênticas condições de vida as vantagens da vida associativa e da cooperação.
- 6) Criar uma cooperativa de consumo aberta a associados e não associados mediante regulamentação a estudar.
- 7) Contribuir, através de todos os meios possíveis, para acabar com o analfabetismo promovendo, por exemplo, cursos de alfabetização.

De assinalar que esta associação, outrora com preocupações muito centradas na alfabetização pretende, há já alguns anos, a alteração dos estatutos, adequada à actual realidade.

Em termos conclusivos podemos afirmar que a habitação é para a quase totalidade objectivo prioritário. Através do Quadro III podemos visualizar as associações de moradores que construíram ou não bairros habitacionais.

QUADRO III — As Associações de Moradores e a Construção Habitacional ⁶⁷

Associações de Moradores	Não construiu	Construiu n.º de fogos
Antas		32
Bairro do Leal		16
Bairro da Maceda		33
Bairro do Vilar		144
Bouça		58
Contumil		62
Ex-Escola Académica	X	
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X	
Justino Teixeira	X	
Massarelos		66
Pego Negro		96
Zona do Campo Alegre		56
Zona de Francos		44
Zona da Lapa		74
Zona da Lomba	X	
Zona de Tirares		40

⁶⁷ Apesar da impossibilidade de as entrevistarmos, tanto a Associação de Moradores de Chaves Oliveira como a dos Combatentes construíram casas, sendo o n.º de fogos da primeira destas de 24. Quanto à outra associação (Combatentes) não conseguimos saber com exactidão o seu número, apesar de termos recorrido a várias fontes e informantes privilegiados.

3.2.2. O papel dos dirigentes nas associações de moradores: lideranças e empenhamentos

A capacidade e dinamismo dos dirigentes tem de ser seguramente avaliada com bastantes reservas uma vez que está condicionada por um conjunto de factores que escapavam aos meios de observação de que dispúnhamos, pois estavam dependentes da fase organizacional, do tipo de direcção (recentemente eleita com novos elementos, nomeadamente jovens ou, ao contrário, uma vez mais reeleita ao fim de n mandatos e como tal afectadas por um enorme desgaste). Também a capacidade de criar actividades mais adequadas às novas realidades deve ser aqui levada em conta.

Assim, encontramos associações de moradores reveladoras de falta de entusiasmo, como é o caso das Antas, Grupo Dramático e Moradores Mocidade de Arrábida, de Pego Negro, de Francos, da Lapa, da Lomba e de Tirares. O desencanto deve-se na maior parte das vezes ao desinteresse a que progressivamente se votou a população — aspecto que analisaremos no quadro seguinte — e ao forte activismo do tempo passado que entretanto se esfumou.

Quanto ao Bairro do Leal, pura e simplesmente não tem qualquer tipo de actividades como Associação de Moradores. Na época de fundação centraram-se muito na questão da habitação; conseqüentemente, hoje existe uma direcção com o único propósito de receber e canalizar para as instituições próprias as amortizações mensais das casas.

Mas em contrapartida, é curioso que um antigo e muito activo dirigente, como é o caso do entrevistado, dirigiu o seu empenhamento para uma associação cultural-recreativa e desportiva com tradição na zona (Rua do Bonjardim).

Refira-se ainda que no caso de Justino Teixeira, o entusiasmo existente, ou, mais correctamente, as expectativas dizem respeito exclusivamente aos funcionários e membros da direcção do Jardim Infantil, o qual desde há sete anos de associação de moradores só tem o nome.

Contumil refere saudosamente as actividades do passado, onde as mulheres assumiam um papel fulcral, e projecta as suas expectativas num futuro próximo, esperando que a autarquia lhes conceda um espaço junto ao bairro para construção de uma nova sede e possível infantário. As actuais instalações, ainda que reúnam excelentes condições, em virtude do isolamento e distância do bairro foram alvo de vários assaltos e actos de vandalismo.

Por último, diga-se que tanto a Bouça como a Maceda viviam à data da entrevista o entusiasmo próprio de uma direcção recentemente eleita, com «algum sangue novo» dispostas a levar a cabo iniciativas várias. Vilar, Massarelos e Campo Alegre apresentam uma estrutura organizacional mais firme e consolidada com actividades mais viradas para a zona alargada da freguesia (Massarelos) ou exclusivamente o bairro (Vilar e Campo Alegre), mas com uma relativa continuidade ou renovação.

QUADRO IV — Capacidade e Dinamismo dos Dirigentes

Associações de Moradores	Desencanto e/ou cansaço	Entusiasmo e empenhamento	Ausência de empenhamento no âmbito da Assoe.
Antas	X		
Bairro do Leal			X
Bairro da Maceda		X	
Bairro do Vilar		X	
Bouça		X	
Contumil		X	
Ex-Escola Académica		X	
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X		
Justino Teixeira			X
Massarelos		X	
Pego Negro	X		
Zona do Campo Alegre		X	
Zona de Francos	X		
Zona da Lapa	X		
Zona da Lomba	X		
Zona de Tirares	X		

3.2.3. Como participa a população...

Este é um dos principais problemas com que se debatem as associações, independentemente do grau de empenhamento dos seus dirigentes. Regra geral, o nível de participação dos associados e da população é muito reduzido. Os dirigentes queixam-se das dificuldades que têm em mobilizar os moradores para as assembleias gerais, festas e outras iniciativas, sendo em alguns casos as dificuldades maiores do que noutros.

Daí que não faça sentido classificar de «elevada» a adesão da população a iniciativas e actividades colectivas — ver Quadro V

QUADRO V — Mobilização e Adesão da População

Associações de Moradores	Média	Fraca ou nula
Antas		X
Bairro do Leal		X
Bairro da Maceda	X	
Bairro do Vilar	X	
Bouça	X	
Contumil		X
Ex-Escola Académica		X
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida		X
Justino Teixeira		X
Massarelos	X	
Pego Negro		X
Zona do Campo Alegre	X	
Zona de Francos		X
Zona da Lapa		X
Zona da Lomba		X
Zona de Tirares		X

Na Associação de Moradores da Lomba, em 1991, a sua última Assembleia — isto à data da entrevista — teve de ser adiada, uma vez que não apareceu ninguém. Também desde 1990 que não realizam festa de Natal.

As Antas, embora com um passado bastante activo «nestas andanças» que foram «as lutas dos moradores» — que o entrevistado todavia não valorizou ou pelo menos se indisponibilizou a relatar — estão mobilizados, no momento, para as actividades que não têm relação directa com os moradores do Bairro: «estes só se interessam no caso de se dar uma casa de vago»⁶⁸. Fechou o Bar de convívio dos moradores e deixaram de festejar o aniversário da associação. No entanto, estão empenhados na gestão e continuidade do infantário e em algumas actividades desportivas.

⁶⁸ Frase semelhante foi proferida por um dos dirigentes da associação de moradores da Bouça.

Na Maceda «também» afirmaram ter sido da vanguarda do SAAL. Deslocavam-se para reuniões nas Belas-Artes, atribuindo a arquitectos e estudantes o principal mérito pelo processo que se iniciou. Quanto à associação, propriamente dita, «*de início começou a funcionar bem... depois houve aí uns seis anos em que esteve praticamente parada. A partir de 1989, e uma vez eleita a nova direcção, as coisas começaram a correr melhor: há festa de Natal e festeja-se o aniversário da Associação de Moradores com uma sardinhada*»⁶⁹.

Diferentemente na Associação de Moradores de Tirares, queixam-se que alguns depois de terem casa se desinteressaram:

«O principal fundador foi um rapaz muito activo que está agora em Angola. Foi pena ter desanimado tão depressa».

Em Pego Negro, apesar de desenvolverem um conjunto de actividades — de que destacamos o infantário, a cooperativa de consumo e o desporto — a distância da população parece ser grande: nem o café e bar de convívio parecem resolver esse hiato. Em tempos — o tempo do SAAL — tiveram actividades que seriam mais mobilizadoras: grupo de teatro, passagem de filmes com discussão final, desporto.

Na Ex-Escola Académica a falta de participação deve-se à descoidência entre sócios e moradores (e à grande distância dos próprios sócios entre si). Não há uma identificação mínima com um território e um espaço geográfico.

3.2.4. As associações de moradores e os órgãos de poder

Foi nítida a situação embaraçosa provocada pela questão concernente à relação com os órgãos do poder, provocando um certo fechamento e respostas ora ambíguas, ora evasivas e reticentes. Talvez devido a um passado político-ideológico demasiadamente marcante.

Na Associação de Moradores da Lomba, o entrevistado, embora fosse sócio havia alguns anos, não soube dizer muito sobre o passado. Aceitou o mandato com objectivo de «tirar o mau ambiente» do café, organizar o ficheiro e actualizar cotas. Ao longo da entrevista foi visível uma certa indiferença ou alheamento relativamente ao poder autárquico.

Em Justino Teixeira, a entrevistada afirma que a Associação de Moradores tinha uma imagem muito má perante os órgãos da autarquia devido à «prepotência» da pessoa que estava à frente dela. Hoje é diferente:

⁶⁹ Afirmção proferida por um dos moradores do Bairro da Maceda.

verificam-se boas relações com a Junta de Freguesia. Não são vistos como uma associação de Moradores mas como a Direcção de um Jardim Infantil que serve a zona. Esperam vir a ser completamente apoiados desde que consigam resolver o problema da casa, que foi cedida.

QUADRO VI — Relação da Associação com os Órgãos de Poder

Associações de Moradores	De colaboração	Ambiguidade ou crítica	Indiferença ou escassez de contactos
Antas		X	
Bairro do Leal			X
Bairro da Maceda		X	
Bairro do Vi lar	X		
Bouça	X		
Contumil	X		
Ex-Escola Académica	X		
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida		X	
Justino Teixeira	X		
Massarelos		X	
Pego Negro		X	
Zona do Campo Alegre	X		
Zona de Francos		X	
Zona da Lapa		X	
Zona da Lomba			X
Zona de Tirares	X		

Nas Antas, o discurso sobre o poder político é bastante ambíguo. Por um lado, fica subjacente uma presença forte dos partidos no passado (soubemos que o parque infantil, por exemplo, foi oferecido por partido político), apesar de explicitamente serem muito fracas as referências ao passado, aos movimentos de moradores ⁷⁰, às dinâmicas internas, surgem frases com esta:

«Agora mandámos os partidos embora, isto é para trabalhar não é para partidos!»

⁷⁰ O entrevistado estava com muita pressa e alguns problemas pessoais, pelo que não percebeu muito bem a intenção da entrevista nem viabilizou um segundo contacto em data a combinar.

Genericamente procuram referir de forma praticamente geral uma relação imparcial com os órgãos de poder autárquico: no que respeita à Câmara Municipal do Porto, é a questão da resolução do problema do direito de superfície e dos subsídios especialmente para iniciativas desportivas; quanto às juntas de freguesia, referem os apoios para a realização de festas de Natal ou para colónias balneares das crianças, para além de outras ajudas pontuais.

3.2.5. Concepção do papel da instituição

As associações de moradores continuam — resolvendo ou não as suas contradições —, na sua quase totalidade, a ser portadoras de projectos, isto é, defender a missão de um novo papel, de novas vocações, sejam elas de apoio à infância com creches, jardins infantis e Actividades de Tempos Livres (ATLs), colónias balneares, festas de Natal, ou de apoio à Terceira Idade com Centros de Dia e organização de passeios. Podem ainda oferecer noutros casos as suas instalações para balneários públicos ou servir refeições económicas para os mais carenciados no seu bar ou café.

Outras associações procuram novos fôlegos para as actividades desportivas ou, no mínimo, assegurar a continuidade das que já têm. Mais recentemente temos assistido a associações também vocacionados para espaços de cultura popular onde se realizam noites de fado vadio, bailes e espectáculos musicais ou teatrais diversos — estes últimos em consonância com a Câmara Municipal do Porto ⁷¹.

3.2.6. Grau de satisfação e de realização dos dirigentes

Justino Teixeira, como já o referimos, é um caso à parte, cuja avaliação não tem cabimento neste tipo de parâmetros, uma vez que não existe qualquer ligação ao passado. O pessoal do projecto inicial foi-se desligando a pouco e pouco.

A entrevistada (educadora de infância e dirigente) está ligada à associação apenas desde 1984, possuindo, como tal, escassos conhecimentos

⁷¹ Após a realização destas entrevistas e em fase bem mais recente, constatámos um intercâmbio e uma colaboração mais estreita, estabelecida em termos mais efectivos, entre o Pelouro de Animação da Câmara Municipal do Porto e algumas das associações por nós contactadas. Referimos particularmente a associação de moradores de Massarelos.

sobre o processo anterior, principalmente sobre o período de fundação. No fundo, o que existe é um infantário que foi criado por uma associação de moradores que entretanto se extinguiu.

QUADRO VII — Concepção do papel da Instituição

Associações de Moradores	Tem sentido	Não tem sentido
Antas	X	
Bairro do Leal		X*
Bairro da Maceda	X	
Bairro do Vilar	X	
Bouça	X	
Contumil	X	
Ex-Escola Académica	X	
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X	
Justino Teixeira	X	
Massarelos	X	
Pego Negro	X	
Zona do Campo Alegre	X	
Zona de Francos	X	
Zona da Lapa	X	
Zona da Lomba		X**
Zona de Tirares	X	

* A actual conjuntura política-social e económica não se coaduna com uma lógica própria ao funcionamento de associações de moradores.

** O desinteresse dos sócios não justifica a sua existência.

Em 1989 o Bar fechou e tal facto representa o golpe fatal que assinala o fim da associação. Esse encerramento é bem elucidativo do esvaziamento de conteúdo da associação. Não existe ninguém para assegurar o seu funcionamento.

Em Tirares, o entrevistado sente-se cansado e desiludido em relação aos membros da Direcção e aos sócios (moradores) em geral, que considera desinteressados e acomodados. Sente tristeza ao ver tanto espaço (instalações da Associação de Moradores) subaproveitado. Tudo é feito «por favor» sem vontade, nem ânimo.

Sentimentos semelhantes foram expressos pelos dirigentes das associações de moradores da zona da Lapa e da zona de Francos. Este último dirige a associação desde o seu início; quanto ao primeiro desde 1977, tendo sido já anteriormente colaborador (de 1974 a 1975).

De todo o modo, vemos que o grau de satisfação é independente do facto de os agentes sociais, em questão, atribuírem ou não um sentido, uma razão de ser à associação.

QUADRO VIII —Grau de satisfação dos Dirigentes

Associações de Moradores	Positivo	Negativo	Resposta ambigua
Antas			X
Bairro do Leal		X	
Bairro da Maceda	X		
Bairro do Vilar	X		
Bouça	X		
Contumil	X		
Ex-Escola Académica	X		
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida			X
Justino Teixeira		X*	
Massarelos	X		
Pego Negro			X
Zona do Campo Alegre	X		
Zona de Francos		X	
Zona da Lapa			X
Zona da Lomba		X	
Zona de Tirares		X	

* Insatisfação face às indefinições da instituição.

Uma vez aplicada a grelha analítica e apesar da insuficiência de informação já referida, assumimos o risco — podendo errar por uma agregação exagerada — de construir três tipos de situações ao nível das associações de moradores que subsistiram ao longo destes quase vinte anos e que, de acordo com as linhas de análise enunciadas, classificámos como «situações de insucesso», «situações de sucesso relativo» e, por último, «situações de sucesso». Essa tipologia aparece esboçada no artigo que já

tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, razão pela qual não a desenvolveremos aqui⁷².

4. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E A SUA CAPACIDADE DE EXERCER INFLUÊNCIA SOCIAL

Apesar do esquecimento a que foram votadas as associações de moradores, remetidas para um período que dificilmente sai de 74-76, em nossa opinião são merecedoras de um outro tratamento, não tão reducionista. Será, assim, pertinente e fulcral — apesar de tal procedimento extravasar os nossos objectivos — proceder à:

*«...tentativa de uma abordagem mais globalizante, **compreensiva** (na acepção deste conceito na sociologia pós-weberiana), ou seja, centrada na acção social dos actores (mais) implicados nos processos estudados, e procurando restituir, organizada e analiticamente, os sentidos por eles àquela atribuídos»⁷³.*

Esta vertente compreensiva, que apesar de tudo não negligenciámos de todo, permite sempre dar uma visão mais global sobre os trabalhos, atitudes e motivações, enfim, o sentido que os actores envolvidos no associativismo de bairro atribuíram e atribuem hoje às suas acções.

Desta forma, evidenciaremos de seguida as associações que pela análise dos quadros se vislumbram como melhor sucedidas, salvaguardando, desde já, que este sucesso deverá ser correlacionado com o próprio ciclo de vida da organização. É óbvio que as associações de moradores aqui consideradas se encontram ainda fase de institucionalização ou num momento de renascimento depois de um período de decadência ou quase extinção e, por tudo isso, também este «sucesso» pode ser considerado «relativo».

Se vamos evidenciar as associações bem sucedidas, não é por qualquer atitude de subavaliação de todas as outras, mas porque convém distinguir entre as que vão gerindo a sua sobrevivência e aquelas, com características organizacionais reforçadas, que asseguram uma maior capacidade de

⁷² Uma primeira tentativa de tipologia aparece esboçada no nosso artigo «Associativismo urbano e participação na cidade», *O. c.*, pp. 179 a 184.

⁷³ AUGUSTO SANTOS SILVA e HELENA VILAÇA, *O. c.*, pp. 8 e 9.

representação dos seus moradores, o que constitui, pelo menos virtualmente, um requisito a um maior grau de participação. Segundo Michel Crozier⁷⁴:

«Nós sobreavaliamos demasiado a racionalidade do funcionamento das organizações. Tal conduz-nos, por um lado a admirar inconsideravelmente a sua eficácia ou, pelo menos, a crer que ela caminhe por si própria, e, por outro lado, a manifestar crenças, completamente exageradas perante a ameaça que elas fariam sobre os homens».

Para Crozier mesmo nas situações mais extremas o homem guarda uma possibilidade mínima de liberdade para bater-se no sistema.

Em certa medida, a questão das virtuais capacidades de mobilidade dos actores no sistema relaciona-se com a sua concepção de legitimidade. As bases de legitimidade de um grupo ou movimento podem ser várias e apelar para mecanismos diferentes, será o caso por exemplo da referência à data e aos princípios que regeram a constituição (e institucionalização) das associações — pensamos concretamente no 25 de Abril e no subsequente apelo à população, isto é, a uma democracia directa e participativa.

Num segundo momento, fará mais sentido apelar ainda para a população, mas sob o aspecto da sua constituição e capacidade organizativa.

Por último, num terceiro, faz jus falar mais em termos de eficácia, sem esquecer a data da constituição — fase já distanciada da legitimidade revolucionária e de «plena» legalidade democrática. Continua a ser importante a ligação à população e a referência ao seu tipo de participação nas associações. Verifica-se, regra geral, uma trajectória onde é visível uma transferência progressiva de fontes de legitimação.

Retomando (e no intuito de os desenvolver) os eixos analíticos, já apontados como os mais pertinentes: a concepção do seu papel e a relação com o poder político, considerando os dirigentes como actores privilegiados, poderemos começar (e uma vez mais) por sistematizar a questão da legitimidade para os agentes em causa.

Tal como já o tínhamos afirmado, «estes agentes, ao referirem a importância que as suas acções têm no bairro e na cidade, apelam, antes de mais, para a sua legitimidade, afirmada mais pelo conteúdo das suas práticas, ou seja, pela funcionalidade (...), do que por critérios de representatividade, que

⁷⁴ MICHEL CROZIER e ERHARD FRIEDBERG, *L'acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977, p. 41.

remeteriam para a base social que os elegeram»⁷⁵. Por outro lado, «recorreram ainda a um tipo de legitimidade institucional, alegando que as associações de moradores são contempladas na Constituição da República e afirmando que mesmo no caso de haver revisões constitucionais confiam que não serão afectadas, pois consideram-se uma clientela importante para o poder».

Também no que respeita à concepção da sua missão, os dirigentes sustentam que continuam a ter um papel a desempenhar no bairro ou mesmo na cidade, papel esse que terá de ser reconvertido. O facto de se terem adaptado às mudanças depois de 74-76, significa que a perspectiva de Mancur Olson⁷⁶ — segundo a qual um «*estudo sistemático das organizações deve logicamente começar pelo estudo do seu objectivo*» — se adapta bem a esta realidade, pois o que move a associação continua a ser a presença viva de um ou mais objectivos, ainda que não total ou parcialmente coincidentes com os de origem.

O tipo de acção colectiva de hoje mudou a forma de visualizar e de estabelecer uma relação com o poder. Se, por um lado, a valorização da casa e da família incitam a uma luta pelo direito à privacidade, por outro, assistimos a uma abertura relativamente aos órgãos de poder e uma vontade generalizada de servir a comunidade. Não reunindo, por exemplo, os meios para a criação de determinados equipamentos sociais, estão dispostos a ceder espaço — no caso de o possuírem — à autarquia ou ao Centro Regional de Segurança Social (CRSS), responsabilizando-se eles pela gestão desses equipamentos. Outra forma de abertura é visível na intenção de disponibilizarem as suas instalações para uso público em termos de espectáculos culturais. E, efectivamente, nalguns casos têm vindo a constatar-se formas várias de colaboração com o Pelouro de Animação Cultural da Câmara Municipal do Porto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne às associações de moradores que evidenciamos — e que nos atrevemos a designar como «casos de sucesso» — enquanto formas dinâmicas de participação, tais podem em certo sentido ser inseridas na temática geral dos novos movimentos sociais: na conjuntura do 25 de Abril como «movimento ofensivo» passando depois a «movimento defensivo» no

⁷⁵ HELENA VILAÇA, «Associativismo urbano e participação na cidade», *O. c.*, p. 182. sobre este assunto, ver também JUAN MOZZICAFREDO et al., «Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português», *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 6, 1989.

⁷⁶ MANCUR OLSON, *Logique de Vaction collectif*, Paris, PUF, 1978, pp. 25 e 26.

sentido em que passa a valorizar as questões da autonomia, da territorialidade, do privado e de um novo tipo de sociabilidades.

Quanto à caracterização social dos dirigentes associativos constatámos que na sua maioria pertence ao operariado e não às novas fracções da classe média como o atestam recentes teorias e pesquisas no campo do novo associativismo. Tal facto não se nos afigura surpreendente se considerarmos que o actual operariado — para além de assumir uma trajectória muito específica em Portugal — não reúne as características que essa classe possuía no tempo da revolução industrial, que como sabemos era identificado com os principais núcleos de pobreza. Em síntese, julgamos pertinente citar duas hipóteses por nós formuladas cuja adequação parece ser admissível ao nosso caso em estudo ⁷⁷:

- Apesar de temporalmente contemporâneos da fase de afirmação dos novos movimentos sociais nas sociedades ocidentais, os movimentos sociais em Portugal foram e ainda são conjuntamente condicionados por factores de ordem político-institucional da sociedade portuguesa, concretamente pela consolidação da democracia representativa, pelo que esses movimentos surgiram em alguns casos como um fenómeno híbrido com traços quer dos tradicionais quer dos novos movimentos sociais.
- Há um certo paralelismo entre o processo de institucionalização dos movimentos sociais — que temporariamente se manifestaram em Abril de 74 —, traduzido na sua reconversão em associações e a assimilação de novos valores e produção de novas representações da vida social com consequências ao nível das práticas culturais, das formas de estar, de agir e de participar socialmente.

Baseados em Olson e em Crozier podemos afirmar que possam surgir associações sem que exista na sua origem um movimento social. Todavia, as associações de moradores em Portugal tiveram uma forte mobilização na sua fase inicial. Houve efectivamente uma mobilização generalizada da sociedade. Um forte envolvimento dos actores sociais com vista a um objectivo.

O insucesso destes movimentos, ou pelo menos das suas associações, resultou do facto de as alterações na sociedade global pressuporem a morte do movimento social. Certamente a sua institucionalização sob a modalidade

⁷⁷ Estas hipóteses foram parcialmente formuladas no nosso artigo «Território e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa», *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras*, vol. III, Porto, 1993.

associativa contribuiu para isso; mas, por outro lado, e quase paradoxalmente, a sua conversão em associações permitiu a prossecução dos objectivos, cujo custo de legalização e de virtual burocratização foi traduzido no decréscimo da mobilização dos actores e, por outro lado, a busca de satisfação de um único objectivo, relacionado este com o individualismo e a privacidade, o que se materializa na construção de habitações.

Embora os moradores dos bairros das associações de moradores continuem a defender a sua existência como tal e considerem positivas certas iniciativas da direcção como, por exemplo, o arranjo de um espaço para estendal de roupa, ou então, a criação de actividades de índole cultural e desportiva, pode acontecer — e acontece na grande maioria das vezes — que a população não participe, reduzindo-se a feitura das iniciativas ao «núcleo duro» da direcção. Fundamentamos a ocorrência destes fenómenos através do que nos diz R. Boudon a propósito de Olson:

«a questão de Olson é a seguinte, um grupo supúnhamos um grupo imaginário de pessoas, tendo todas um interesse comum, consciente desse interesse e podendo cada um contribuir a realização desse interesse: vão elas efectivamente agir no sentido deste interesse comum?»⁷⁸

Finalmente propomos que toda esta reflexão circunscrita às associações de moradores emergentes no pós 25 de Abril e que comporta uma fracção microscópica da realidade portuguesa, tenha seguimento no âmbito da temática geral dos movimentos sociais e das novas formas de participação social. São infundáveis os campos susceptíveis de pesquisa teórica e empírica, desde que nunca sejam negligenciados pressupostos tão importantes como estes⁷⁹:

«Afirmar, a propósito das exigências da pesquisa empírica que a teoria é um ponto de partida insubstituível e o elemento que comanda os seus momentos e opções fundamentais, não pode querer significar, entretanto, que a análise de situações concretas se circunscreva necessariamente no interior de um círculo traçado de antemão, em forma definitiva, pelo conjunto de hipóteses pertinentes incluídas na matriz teórica da disciplina».

⁷⁸ Prefácio de Raymond Boudon in Mancur Olson, *O. c.*, p. 9.

⁷⁹ AUGUSTO SANTOS SILVA e JOSÉ MADUREIRA PINTO (orgs.), *O. c.*, cap. II da autoria de JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA e de JOSÉ MADUREIRA PINTO «Da teoria à investigação empírica Problemas metodológicas gerais», p. 57.